RELATÓRIO DE ATIVIDADES

LIBERDADE PARA AGIR POR UM MUNDO MELHOR

2024

AMNISTIA INTERNACIONAL

ÍNDICE

AMNISTIA INTERNACIONAL

NOTA DE ABERTURA 4

AGIMOS EM SOLIDARIEDADE PARA COM INDIVÍDUOS E COMUNIDADES EM RISCO, E COMBATEMOS A DISCRIMINAÇÃO CONTRA GRUPOS ESPECÍFICOS 5

VITÓRIAS 6

MARATONA DE CARTAS 7

DEFENSORES AMBIENTAIS EM PERIGO 11

EM DEFESA DAS MULHERES NO AFEGANISTÃO 12

TRABALHO CONTINUADO EM PROL DE INDÍVIDUOS E COMUNIDADES EM RISCO 13

CONTINUÁMOS A AGIR EM DEFESA DAS PESSOAS EM FRENTES DE CRISE 15

CONFLITO EM ISRAEL E NO TERRITÓRIO PALESTINIANO OCUPADO 15

PARTICIPAÇÃO EM MANIFESTAÇÕES 16

PETIÇÕES 17

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTRO COM A RELATORA DA ONU FRANCESCA ALBANESE 18

CONFLITO NA UCRÂNIA 19

JANELA BRANCA PELA PAZ! 20

AGIMOS EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO PACÍFICA 21

CAMPANHA PROTEGE A LIBERDADE 21

INVESTIGAÇÃO: "A LIBERDADE COMO BANDEIRA" SOBRE O DIREITO DE REUNIÃO EM PORTUGAL 22

RELATÓRIO EUROPEU "POUCO PROTEGIDO E DEMASIADO RESTRINGIDO: O ESTADO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO EM 21 PAÍSES DA EUROPA" 23

RELATÓRIO EUROPEU "POUCO PROTEGIDO E DEMASIADO RESTRINGIDO: O ESTADO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO EM 21 PAÍSES DA EUROPA" 24

PROGRAMA DE OBSERVADORES DE PROTESTOS DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL 25

25 DE ABRIL 26

PETIÇÕES 28

PAÍSES EM FOCO 29

DEFENDEMOS OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS 31

RISCOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CAMPEONATO DO MUNDO DE 2030 31

DIREITO À HABITAÇÃO NO BAIRRO DA JAMAIKA 33

CHAMÁMOS OS ESTADOS À SUA RESPONSABILIDADE 34

TRANSFERÊNCIA DE ARMAS PARA ISRAEL 34

VOTE PELOS DIREITOS HUMANOS 35

ÍNDICE

AMNISTIA INTERNACIONAL

APELO AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL PARA COLOCAR OS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA DA SUA VISITA A ANGOLA 36

PORTUGAL NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS 37

RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS A PORTUGAL PARA A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS 38

APELOS À JUSTIÇA CLIMÁTICA 39

PELO FIM DA PENA DE MORTE 40

MOBILIZÁMOS A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS 41

ACADEMIA AMNISTIA 41

PROGRAMA ESCOLAS AMIGAS DOS DIREITOS HUMANOS (EADH) 42

TRABALHO COM ESCOLAS 43

OUTRAS PARCERIAS 44

MOBILIZÁMOS E PROMOVEMOS O ATIVISMO 45

ESTRATÉGIA DE ATIVISMO 45

GRUPOS DE ATIVISMO 46

PETIÇÕES 47

AÇÕES URGENTES 49

AÇÕES DE RUA E EVENTOS 50

JUVENTUDE 51

EJA – ENCONTRO DE JOVENS ATIVISTAS 52

CAMPANHA MULTIPLICA 53

ENVOLVEMOS E INFORMÁMOS SOBRE DIREITOS HUMANOS 54

O NOSSO TRABALHO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 54

O NOSSO TRABALHO EM CANAIS DIGITAIS 56

AS NOSSAS PUBLICAÇÕES 58

CONTINUÁMOS EM CRESCIMENTO 60

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS 60

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL 67

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 68

AS NOSSAS RECEITAS E DESPESAS 68

AS NOSSAS FONTES DE RECEITA 69

COMO APLICAMOS AS NOSSAS RECEITAS 70

GOVERNANÇA E TMEPO 71

NOTA DE ABERTURA

O PODER DA CONTINUIDADE E DA MUDANÇA

O ano de 2024 foi um período de consolidação e transformação para a Amnistia Internacional - Portugal, refletindo a natureza dinâmica dos desafios globais em direitos humanos. Como organização, demos passos significativos na nossa governança interna, fortalecendo estruturas e processos para servir melhor a nossa missão.

A inauguração da nova Sede da Secção em Oeiras foi um marco crucial na nossa história, simbolizando não apenas o crescimento físico da organização, mas também a nossa ambição de criar um espaço aberto e inspirador para todos aqueles que se dedicam à defesa dos direitos humanos. Este novo capítulo é um testemunho do trabalho árduo e da visão daqueles que nos precederam, bem como do nosso compromisso renovado com o futuro que aspiramos construir.

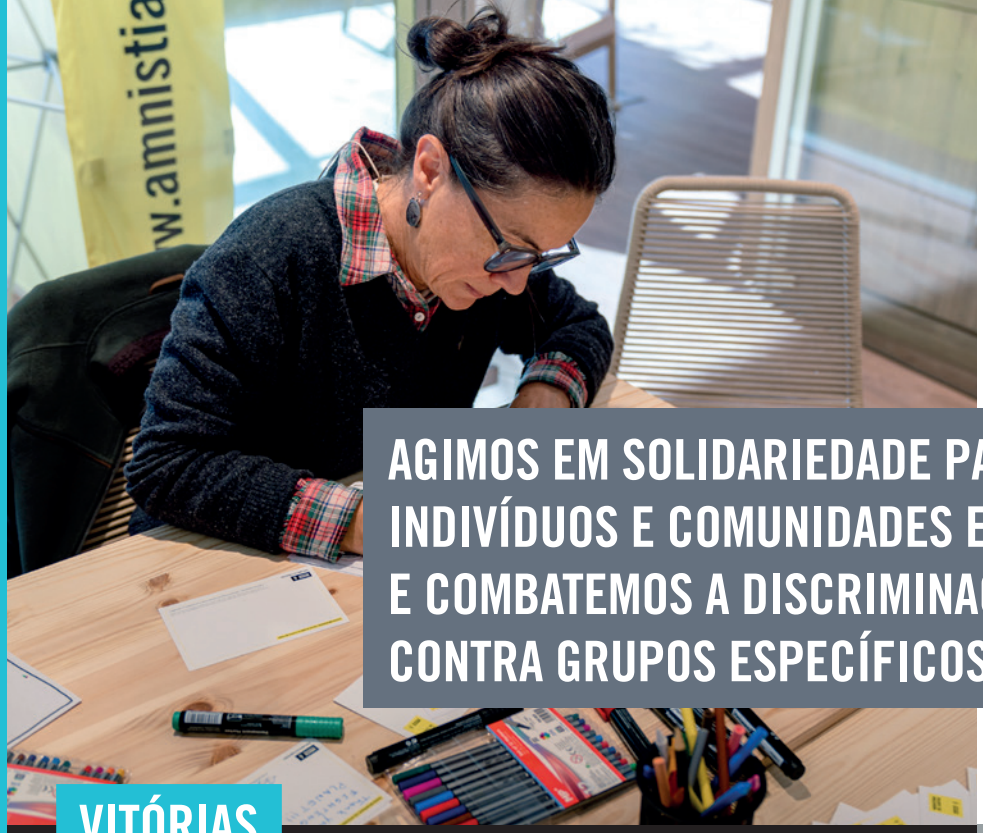
No cenário global, 2024 foi um ano de desafios significativos e avanços importantes em direitos humanos. O relatório anual da Amnistia Internacional 2023/24 destacou a intensificação dos conflitos e o enfraquecimento do direito internacional, alertando para as consequências devastadoras dessas tendências. A organização reforçou a necessidade urgente de adotar uma abordagem mais coerente e fundamentada em princípios na defesa da dignidade humana, especialmente diante da crescente ameaça representada pelos rápidos avanços da Inteligência Artificial, que, se não forem adequadamente regulamentados, podem acelerar as violações dos direitos humanos.

Apesar dos desafios, 2024 também trouxe momentos de esperança e ação positiva. A Maratona de Cartas, na sua 23.ª edição, mobilizou pessoas em todo o país entre novembro de 2024 e janeiro de 2025, evidenciando o poder da ação coletiva na defesa dos direitos humanos. Além disso, a Amnistia Internacional - Portugal apresentou um conjunto de recomendações aos partidos políticos antes das eleições de março de 2024, enfatizando a importância de priorizar os direitos humanos na agenda política nacional e internacional.

Em Portugal, a nossa jornada de 2024 foi marcada por momentos cruciais de reflexão, capacitação e ação. Desde o realinhamento interno da Direção até à aprovação da Estratégia de Ativismo, cada passo foi dado com o objetivo de fortalecer a nossa capacidade de resposta aos desafios dos direitos humanos, tanto a nível nacional como global.

À medida que avançamos para 2025, levamos connosco as lições aprendidas e a determinação reforçada. O mundo continua a enfrentar ameaças significativas aos direitos humanos, desde a repressão política até às consequências das mudanças climáticas. No entanto, a resiliência e o compromisso demonstrados por defensores dos direitos humanos em todo o mundo, incluindo a nossa própria comunidade na Amnistia Internacional - Portugal, são uma fonte de inspiração e esperança.

Neste novo ano, reafirmamos o nosso compromisso de ser uma voz persistente e insistente pelos direitos humanos, de continuar a crescer em impacto e alcance, e de trabalhar incansavelmente para um mundo onde a dignidade e a liberdade de cada indivíduo sejam respeitadas e protegidas. Juntos, continuaremos a acender a vela da esperança e da ação, iluminando o caminho para um futuro mais justo e equitativo para todos.



AGIMOS EM SOLIDARIEDADE PARA COM INDIVÍDUOS E COMUNIDADES EM RISCO, E COMBATEMOS A DISCRIMINAÇÃO CONTRA GRUPOS ESPECÍFICOS

VITÓRIAS

Em 2024, o nosso trabalho em defesa de indivíduos e comunidades em risco registou vários desenvolvimentos positivos e vitórias, com destaque para estas sobre as quais a Amnistia Internacional - Portugal se debruçou de forma ativa:

ARÁBIA SAUDITA – A 24 de setembro de 2024, o Tribunal Penal Especializado (TPE) da Arábia Saudita comutou a pena de morte de **Mohammad bin Nasser al-Ghamdi** imposta pelas suas publicações nas redes sociais, alterando a sua condenação para uma pena de prisão de 30 anos. Mohammad bin Nasser al-Ghamdi, professor reformado de 55 anos, foi condenado à morte pelo TPE em 9 de julho de 2023 pela sua atividade pacífica online no X (antigo Twitter) e no YouTube. Foi condenado com base em acusações forjadas de "terrorismo", por publicações em que criticava o Rei e o príncipe herdeiro sauditas e a política externa do país, pedia a libertação de clérigos religiosos detidos e protestava contra o aumento dos preços.

CHILE – A 1 de outubro de 2024, três comandantes da polícia do Chile foram formalmente acusados pela repressão política generalizada dos protestos de 2019. Sob a sua liderança, duas pessoas morreram às mãos da polícia e milhares sofreram ferimentos graves. Num processo penal separado, o julgamento contra o agente da polícia acusado de disparar as balas que cegaram **Gustavo Gatica** começou também em outubro. Embora seja um processo distinto, está muito ligado àquele que acusa os três comandantes da polícia.

IRÃO – A 4 de dezembro de 2024, o advogado de **Narges Mohammadi,** Mostafa Nili, publicou no X (antigo Twitter) que a vencedora do prémio Nobel da Paz tinha sido libertada temporariamente da prisão. Na sua publicação, o advogado escreveu que o procurador de Teerão "suspendeu a execução da sua pena [de prisão] durante três semanas" e que tal se prendia com o seu estado de saúde na sequência de uma intervenção cirúrgica, realizada a 14 de novembro de 2024. A operação teve lugar num hospital fora da prisão e Narges Mohammadi foi transferida de volta para a prisão em 16 de novembro de 2024, contra as indicações médicas que referiam que ela precisava de, pelo menos, três meses para recuperar da cirurgia.

ERITREIA – Em maio de 2024, recebemos boas notícias através de um ativista da Secção Francesa que recebeu uma carta de resposta da Embaixada dos EUA em França, dizendo que estão a par do caso de **Ciham Ali Ahmed** e que, como cidadã americana, farão tudo o que puderem por ela - um sinal de que a luta por Ciham não está perdida.

VITÓRIAS

JAPÃO – No final de setembro de 2024, o Tribunal Distrital de Shizuoka proferiu uma decisão há muito aguardada, absolvendo **Hakamada Iwao**, descrito como o prisioneiro no corredor da morte há mais tempo no mundo. Depois de ter suportado quase meio século de prisão injusta sob pena de morte e mais dez anos de espera por um novo julgamento, este veredicto constitui um importante reconhecimento da profunda injustiça que sofreu durante a maior parte da sua vida. Põe fim a uma luta inspiradora para limpar o seu nome, levada a cabo pela sua irmã Hideko e por todos aqueles que o apoiaram, incluindo a Amnistia Internacional, que lutou pelo seu novo julgamento durante mais de 15 anos.

MYANMAR – Maung Sawyeddollah era um refugiado Rohingya no Bangladesh, um dos casos da Maratona de Cartas 2023/2024. Devido às restrições impostas pelas autoridades do Bangladesh, os refugiados Rohingya não têm acesso ao ensino superior, o que significa que Sawyeddollah não pôde frequentar pessoalmente o ensino universitário no Bangladesh. Depois de enviar 147 candidaturas a programas universitários em todo o mundo, conseguiu um lugar na Universidade de Nova Iorque. A Amnistia Internacional ajudou Sawyeddollah a solicitar o seu visto de estudante e a mudar-se para os EUA. Sawyeddollah aterrou em segurança em Nova Iorque a 19 de agosto de 2024, para estudar Ciências Sociais. Durante todo este tempo, Sawyeddollah não parou de fazer campanha pelo direito dos Rohingya à educação e por uma solução efetiva por parte da Meta.

PORTUGAL – A investigação da Secção de Portugal sobre "Mega centrais solares: Quando a transição 'verde' não é justa", publicada em junho de 2023, acerca da construção de centrais fotovoltaicas de grandes dimensões em áreas sensíveis em Portugal, continuou a produzir resultados. Este trabalho contribuiu para a abertura de um inquérito por parte do Ministério Público e, em março de 2024, **foi impugnada em tribunal a decisão da Agência Portuguesa do Ambiente sobre a declaração de impacto ambiental** relativa ao maior projeto fotovoltaico da Europa. Em causa, a construção da **central solar Fernando Pessoa**, em São Domingos e Vale D'Água, concelho de Santiago do Cacém.

QUIRGUISTÃO – Em junho de 2024, 22 arguidos no "caso Kempir-Abad", incluindo **Rita Karasartova**, foram finalmente absolvidos – uma vitória significativa para a justiça e os direitos humanos. As acusações contra os ativistas, que alegadamente conspiraram para a realização de motins em massa, tinham motivações políticas e o processo detinha incoerências e violações processuais. Os arguidos foram submetidos a meses de tratamento desumano, incluindo a recusa de cuidados de saúde adequados. Este veredito, celebrado pela sociedade civil quirguize e pelas mulheres defensoras dos direitos humanos, é visto como um precedente promissor contra ações judiciais por motivos políticos no país.

RÚSSIA – Em agosto de 2024, depois de muita pressão pública, a artista e ativista anti-guerra **Aleksandra Skochilenko** foi libertada numa troca histórica de prisioneiros entre a Rússia e alguns países ocidentais. Detida pelas autoridades russas em abril de 2022, depois de ter substituído cinco etiquetas de preço num supermercado por informações sobre a invasão russa da Ucrânia. Foi acusada de divulgar "informações falsas" sobre as atividades militares do país e condenada a sete anos de prisão. Sasha, como é conhecida, foi uma das pessoas em destaque na Maratona de Cartas 2022/2023, gerando mais de 594 mil ações em seu favor.

TURQUIA – A 25 de maio de 2024, as autoridades turcas autorizaram as **Mães de Sábado** a realizar a sua 1000ª vigília semanal na Praça Galatasaray, em Istambul. Centenas de manifestantes encheram a praça pelas 10 horas da manhã, antecipando a manifestação que não tem sido permitida pelas autoridades turcas nas últimas 300 semanas. Na vigília, mães, filhos e filhas, irmãos e irmãs dos desaparecidos, alguns netos e netas também presentes, falaram de forma breve, mas comovente, dos seus entes queridos. Procuram a verdade e a justiça sobre o desaparecimento forçado dos seus familiares, sob custódia das autoridades turcas.

REINO UNIDO/ EUA – Em junho de 2024, **Julian Assange** chegou, finalmente, a um acordo com as autoridades norte-americanas, depois de ter passado cinco anos numa prisão de alta segurança no Reino Unido. Assange declarou-se culpado de uma acusação de conspiração para obter e divulgar informações de defesa nacional, o que lhe valeu uma pena de 62 meses, que Julian Assange já cumpriu. A Amnistia Internacional fez campanha a favor de Assange desde que este foi preso.

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

MARATONA DE CARTAS

Desde o seu início, em 2001, que a Maratona de Cartas é a maior campanha de direitos humanos organizada pela Amnistia Internacional em todo o mundo. Mobiliza milhões de pessoas para agir em defesa de pessoas e comunidades que veem os seus direitos humanos violados.

A Maratona de Cartas é uma oportunidade para abordar questões de direitos humanos através de pessoas reais, com uma campanha através da qual se promovem eventos, recolhem assinaturas, escrevem mensagens de solidariedade, organizam debates, entre outras ações de ativismo.

CASOS DA 22ª EDIÇÃO

- **Ahmed Mansoor – Arábia Saudita**
- **Ana Maria dos Santos Cruz – Brasil**
- **Maung Sawyeddollah – Myanmar**
- **Thapelo Mohapi e o Movimento Abm – África do Sul**
- **Uncle Paul e Uncle Pabai – Austrália**

VÁRIAS FORAM AS APOSTAS QUE CONTRIBUIRAM PARA PROMOVER OS CASOS DA EDIÇÃO 2023/24 DA MARATONA DE CARTAS:

- Artigo extenso na Visão
- Cinco artigos de opinião no Jornal de Notícias (dois dos quais publicados ainda em 2023)
- 14 publicações no Facebook
- 16 publicações, 7 reels e 36 *stories* no Instagram
- 10 emails, com taxa média de abertura de 36%

A página dedicada à Maratona de Cartas - **www.amnistia.pt/maratona** - apresentou mais de **34 mil sessões** durante o período da campanha, envolvendo **26.354 utilizadores**.

De 1 de novembro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, **mais de 250 escolas pediram materiais** para participar nesta campanha, continuando a representar uma importante força motriz.

EVENTO DE ENCERRAMENTO

A 23 de maio de 2024 realizou-se o evento final da Maratona de Cartas 2023/2024, na **Escola Secundária de Vila Verde**, vencedora do concurso de escolas da Maratona de Cartas com 2 116 assinaturas recolhidas. No evento, os alunos e professores envolvidos apresentaram a forma como dinamizaram a campanha na sua escola e puderam ouvir o testemunho de **Ana Maria dos Santos Cruz**, que transmitiu o impacto que a Maratona de Cartas teve na sua vida e no acesso à justiça para o caso da morte do seu filho, Pedro Henrique.

NA MARATONA DE CARTAS 2023/24

(22ª edição)

Total de
72.336
assinaturas

Total de
5.023
mensagens
de solidariedade

MARATONA DE CARTAS

CASOS DA 23ª EDIÇÃO

A 23ª edição da Maratona de Cartas 2024/25, que termina a 31 de janeiro de 2025, conta com os seguintes casos em foco:

- **Neth Nahra – Angola**
- **Manahel al-Otaibi – Arábia Saudita**
- **Maryia Kalesnikava – Bielorrússia**
- **Wet'suwet'en - Canadá**
- **Kyung Seok Park – Coreia do Sul**
- **Sebnem Fincanci - Turquia**

Através destes seis casos, a campanha defende que:

• O **Canadá** retire as acusações contra os defensores criminalizados que estão a proteger o território **Wet'suwet'en** da construção de um gasoduto e garanta o seu direito a decidir sobre o futuro das suas terras ancestrais;

• O **Presidente da Câmara de Seul** proteja os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à reunião pacífica, e retire as queixas contra o ativista **Kyung Seok Park**;

• **As autoridades turcas** deixem imediatamente de assediar a Professora Şebnem, pelas suas declarações que denunciam a prática de tortura e armas proibidas;

• Sejam tomadas todas as medidas necessárias pelas autoridades bielorrussas para proteger **Maryia Kalesnikava** da tortura e de outros maus-tratos; que lhe seja facultado o acesso a cuidados de saúde adequados; permitido o contacto com os seus advogados e familiares; que a sua condenação injusta seja anulada; e que o seu nome seja retirado da lista governamental de pessoas envolvidas em "atividades terroristas";

• As a**utoridades sauditas** libertem de forma imediata e incondicional **Manahel al-Otaibi** e retirem todas as acusações contra esta defensora dos direitos das mulheres;

• As **autoridades angolanas** libertem imediata e incondicionalmente **Neth Nahara**, tiktoker condenada a dois anos de prisão por criticar o Presidente João Lourenço.

MARATONA DE CARTAS

CICLO DE CINEMA: MOSTRA-ME A MARATONA

Com o intuito de criar momentos que permitissem ao público em geral conhecer mais de perto os casos em foco e o contexto dos países dos quais são originários, foi dinamizado um ciclo de cinema, em parceria com o Avenidas – Um Teatro em Cada Bairro, que contou em 2024 com quatro sessões:

6 de novembro de 2024

"É proibido falar em Angola"

Caso em foco: Neth Nahara – Angola

A exibição do filme foi seguida de um debate sobre liberdade de expressão em Angola e contou com a participação de José Marcos Mavungo (antigo prisioneiro de consciência da Amnistia Internacional), Cidia Chissungo (Campaigner Angola e Moçambique – Escritório Regional da África do Sul da Amnistia Internacional) e Kennedy Domingos (Ativista Angolano). Estiveram presentes cerca de 15 pessoas.

20 de novembro de 2024

"Quem, se não nós? A luta pela democracia na Bielorrússia"

Caso em foco: Maryia Kalesnikava - Bielorrússia

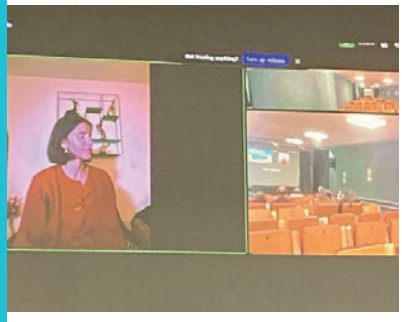
Nesta sessão após a exibição do filme foi apresentado o caso de Maryia Kalesnikava e a situação da Bielorrússia. Uma das participantes na sessão era bielorrussa e partilhou com os presentes a sua experiência pessoal com o regime bielorrusso.
A sessão contou com cerca de 10 pessoas.

4 de dezembro de 2024

"Vidas desafiantes"

Caso em foco: Kyung Seok Park

Esta sessão foi dinamizada em parceria com o Centro de Vida Independente, detentor dos direitos do filme "Vidas Desafiantes" em Portugal. Após a exibição do filme foi dinamizado um debate sobre os paralelismos entre o ativismo de Kyung Seok Park e a situação em Portugal, relativa ao estado dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal. O debate contou com a participação de Diogo Martins da direção do Centro de Vida Independente e perito em acessibilidades nos transportes públicos. Estiveram presentes cerca de 10 pessoas.



18 de dezembro de 2024

"Fuga da Arábia Saudita"

Caso em foco: Manahel al-Otaibi

Nesta sessão, após a exibição do filme, foi dinamizada uma conversa com Fawzia al-Otaibi sobre o caso da sua irmã Manahel e os direitos das mulheres na Arábia Saudita. Estiveram presentes cerca de 8 pessoas.

MARATONA DE CARTAS

DIA GLOBAL DE AÇÃO

Para celebrar o Dia dos Direitos Humanos, a 10 de dezembro, lançámos o desafio aos Grupos de Ativismo, escolas e entidades participantes para dinamizarem atividades que assinalassem o **Dia dos Direitos Humanos** e a campanha, num dia global de ação pela Maratona de Cartas.

A nova sede da Amnistia Internacional, em Oeiras, esteve 10 horas de portas abertas, com muitas ações de ativismo, desde workshops de ilustração de postais, aula de zumba em solidaridade para com Manahel al-Otaibi, *talks* sobre o fim dos combustíveis fósseis e sobre liberdade de expressão, *quizz* de direitos humanos e um café-concerto, num dia inteiramente dedicado aos Casos da Maratona de Cartas 2024.

Ainda na semana dos Direitos Humanos, a **Antena 1** dedicou a rubrica "Uma semana de…" aos Direitos Humanos e pediu à Amnistia Internacional - Portugal que colaborasse a gravação de diferentes histórias de pessoas que veem os seus direitos humanos violados. Foram, assim, produzidos quatro episódios sobre casos da Maratona de Cartas: Maria Kalesnikava (Bielorrússia), Kyung Seok Park (Coreia do Sul), Manahel al-Otaibi (Arábia Saudita) e os Wet'suwet'en (Canadá).

NA MARATONA DE CARTAS 2024/25

(23ª edição)

Até 31 de dezembro de 2024:

Recolhidas um total de 33.291 assinaturas nas seis petições da Maratona de Cartas

Organizadas quatro sessões de cinema e um dia global de ação

DEFENSORES AMBIENTAIS EM PERIGO

AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

Por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, a Amnistia Internacional - Portugal distribuiu **300 cinzeiros de bolso** na zona de Santo Amaro de Oeiras, acompanhados de um marcador em papel de sementes, com informação que remetia para duas petições de defensores ambientais em perigo: Shahnewaz Chowdhury do Bangladesh, e os defensores da Nação Wet'suwet'en do Canadá.

PORTUGAL

Em fevereiro de 2024, o Relator Especial das Nações Unidas para os Defensores do Ambiente no âmbito da Convenção de Aarhus publicou um documento de síntese "**Repressão do Estado do protesto ambiental e da desobediência civil: uma grande ameaça aos direitos humanos e à democracia**". A Amnistia Internacional - Portugal contribuiu diretamente para o retrato relativo ao nosso país patente no documento, através da organização de um encontro entre defensores do Ambiente e o relator especial no final de 2023 e a partilha de dados de investigação relativos a casos de abusos e violações de direitos humanos no âmbito do direito de reunião em Portugal.

Em dezembro de 2024, a Amnistia Internacional - Portugal visitou vários defensores do Ambiente na aldeia de Covas do Barroso, em Boticas, onde está prevista a construção de uma mina para a exploração de lítio.

EM DEFESA DAS MULHERES NO AFEGANISTÃO

CAMPANHA "LOOK FOR FREEDOM"

Em 2021 os Talibãs recuperaram o poder no Afeganistão e, com eles, voltaram, também, as crescentes restrições dos direitos das mulheres. À luz de mais de 50 decretos, ordens e restrições, as autoridades Talibãs impuseram um modo de vida que eliminou os direitos que as mulheres e raparigas afegãs de todo o país tinham conquistado, nos últimos 20 anos.

Por ocasião do Dia Internacional da Mulher 2024, que se assinala a 8 de março, e com o objetivo de relembrar e consciencializar o público para a profunda situação de repressão vivida pelas mulheres e raparigas afegãs, e divulgar uma petição que procurava criminalizar a guerra dos Talibãs sobre as mesmas, a Amnistia Internacional - Portugal lançou a campanha "**Look for Freedom"**, em parceria com a designer de moda portuguesa, Katty Xiomara e a convite da agência Havas.

Com a consultoria da política e ativista Zarifa Ghafari, uma das vozes mais sonantes da luta pelos direitos das mulheres afegãs, Katty Xiomara criou peças de roupa a partir de burcas abandonadas num aeroporto por mulheres que se viram forçadas a deixar o Afeganistão, transformando-as num símbolo de liberdade. Através das peças de roupa, pretendia-se demonstrar que, tal como as burcas utilizadas, também as mulheres afegãs podem renascer.

No âmbito desta campanha, realizou-se uma sessão fotográfica com a antiga modelo Sofia Aparício, que aceitou ser o rosto da campanha. A Secção lançou uma página dedicada no website, o qual recebeu **1.153 visualizações e contactou 65 personalidades** para apoiar na divulgação da campanha. A petição associada à campanha obteve **mais de 4.740 assinaturas**.

TRABALHO CONTINUADO EM PROL DE INDÍVIDUOS E COMUNIDADES EM RISCO

A relação entre histórias individuais de pessoas que sofreram abusos de direitos humanos e as ações para conseguir uma mudança sistémica na violação de direitos humanos é uma caraterística única da Amnistia Internacional e uma estratégia fundamental para influenciar efetivamente os decisores.

Em 2024 a Secção Portuguesa manteve o acompanhamento a casos de indivíduos e comunidades em risco que já haviam estado em destaque em anos anteriores, procurando aumentar o impacto nestes casos, através da realização de ações específicas para divulgação e mobilização.

PELA LIBERTAÇÃO DE NARGES MOHAMMADI

De fevereiro a abril, a iraniana Narges Mohammadi esteve em foco na nossa campanha de indivíduos em risco, através da distribuição de posters e autocolantes, trabalho de divulgação com a mensagem **#Free Narges** e a petição que apela à sua libertação. Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, foi ainda lançado um comunicado de imprensa, gerando a publicação de artigos em vários jornais nacionais e regionais e um pedido de entrevista da CNN Portugal. Também ao nível do trabalho com escolas, juventude e grupos de ativismo foi dado destaque ao caso desta defensora dos direitos humanos no Irão (cfr. capítulos sobre educação para os direitos humanos e sobre ativismo).

Em junho, por ocasião do lançamento da versão portuguesa do livro "Tortura Branca", escrito por Narges Mohammadi, encontrámo-nos com o seu marido e gravámos um **pequeno vídeo** onde Taghi Rahmani agradece à Amnistia Internacional e às pessoas que assinaram a petição:

> *Muito obrigado a todas as pessoas das várias secções da Amnistia Internacional e da Amnistia Internacional - Portugal que assinaram a petição exigindo a libertação de Narges Mohammadi. Quanto mais assinaturas obtivermos, mais pressão exerceremos sobre o regime iraniano para que preste atenção ao destino dos presos políticos e civis e respeite os seus direitos. Além disso, também ajuda as pessoas de todo o mundo, e os que lutam pela liberdade, a unirem-se e a conhecerem melhor a realidade. Precisamos dessa unidade. É por isso que gostaria de agradecer à Amnistia Internacional - Portugal e a todas as secções da Amnistia Internacional que se mobilizaram em prol de Narges Mohammadi e a todos os que assinaram a petição e estão a promover esta solidariedade. Muito obrigado.*

TRABALHO CONTINUADO EM PROL DE INDÍVIDUOS E COMUNIDADES EM RISCO

A 30 de julho de 2024, dia da tomada de posse do novo presidente do Irão, Masoud Pezeshkian, a Amnistia Internacional - **Portugal entregou 11.163 assinaturas** na Embaixada do Irão em Lisboa, reforçando o apelo à libertação imediata de Narges Mohammadi e ao seu acesso aos cuidados de saúde de que necessita, enquanto se encontra detida. Uma cópia digital deste apelo foi encaminhada também para a Embaixada do Irão em Bruxelas. Todas as pessoas que assinaram a petição receberam um email (cuja taxa de abertura foi de 32%) a agradecer a sua assinatura e a apelar que continuassem a divulgar esta petição. Tal como mencionado no âmbito das Vitórias 2024, em dezembro Narges foi autorizada a sair da prisão, com uma suspensão de pena de três semanas, para recuperar de uma intervenção cirúrgica. No entanto, mantemos a petição ativa, uma vez que a sua condenação não foi anulada.

PELA LIBERTAÇÃO DE ALEKSANDRA SKOCHILENKO

DOCUMENTÁRIO - Para assinalar os dois anos da detenção de Aleksandra Skochilenko, promovemos em abril de 2024 a exibição do documentário ***"Um julgamento tão longo como a guerra: o caso de Sasha Skochilenko"***, no Avenidas – Um Teatro em Cada Bairro, em Lisboa. O documentário acompanha o julgamento da ativista russa, acusada de "disseminação pública de informação reconhecidamente falsa sobre o uso das Forças Armadas da Federação Russa". Após a exibição do documentário, teve lugar um debate sobre a repressão que se vive na Rússia contra ativistas anti-guerra, contando com a presença da **ativista Ksenia Ashrafullin e de Pavel Elizarov**. Estiveram presentes cerca de 25 pessoas. Este documentário foi, igualmente, exibido em Setúbal e em São Miguel, nos Açores, no contexto de eventos promovidos por grupos de ativismo local da Secção.
Para além de uma página no site da Secção para divulgação do evento, realizou-se trabalho de envolvimento digital através das redes sociais e do envio de emails-convite.

NAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 ABRIL - A Ativista russa esteve ainda em foco no ponto de encontro que a Amnistia Internacional - Portugal dinamizou no desfile dos 50 anos do 25 de Abril em Lisboa, através da promoção do seu caso nos cartazes expostos com indivíduos em risco e na distribuição de cravos com etiquetas a apelar à assinatura da petição pela sua libertação (mais informações sobre esta ação no capítulo sobre a defesa da liberdade de expressão).

Como referido no contexto das Vitórias 2024, em agosto Aleksandra foi libertada no âmbito da troca de prisioneiros entre a Rússia e alguns países ocidentais, sendo a única pessoa sem ligações políticas ou militares a ser incluída na lista de prisioneiros. Na sequência da sua libertação, a petição foi encerrada e foi enviado um email de agradecimento às **mais de 28.700 pessoas** que assinaram esta petição, um email que gerou uma elevada taxa de abertura (41%).

CONTINUÁMOS A AGIR EM DEFESA DAS PESSOAS EM FRENTES DE CRISE

CONFLITO EM ISRAEL E NO TERRITÓRIO PALESTINIANO OCUPADO

Relatório denuncia genocídio em Gaza

No âmbito do Relatório que o Movimento apresentou em dezembro, a Secção portuguesa desenvolveu trabalho de imprensa e *advocacy* pelo fim do genocídio em Gaza. Foram enviadas duas cartas, ao embaixador de Israel em Portugal e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

As missivas incluiram um resumo da fundamentação legal na base das conclusões do relatório da Amnistia Internacional, medidas de ação mais urgentes e um conjunto de recomendações dirigidas, por um lado ao Estado de Israel e, no caso da carta para o MNE, ao Estado Português. Foi também apresentado um pedido de reunião com o governo português para abordar a situação na Faixa de Gaza.

+ de 170

resultados de imprensa com referências ao relatório da Amnistia Internacional que denuncia genocídio em Gaza

PARTICIPAÇÃO EM MANIFESTAÇÕES

Reconhecendo que é essencial o trabalho conjunto e coordenado entre várias organizações para potenciar o impacto da nossa ação e aumentar a probabilidade de alcançar mudanças nas violações de direitos humanos, em 2024 a Secção procurou estabelecer relações com coletivos que trabalham a questão da Palestina. Assim, para além da participação em reuniões e um contacto próximo para troca de informações, a Amnistia Internacional – Portugal associou-se a duas manifestações organizadas por coletivos:

"PALESTINA LIVRE! PAZ NO MÉDIO ORIENTE"

12 outubro 2024

Nesta manifestação, que integrou a Jornada Nacional de Solidariedade, promovida por diversas plataformas e coletivos, Amnistia Internacional – Portugal defendeu uma mensagem clara sobre o comércio de armas para Israel **"Não às armas para crimes de guerra"**.

"CONTRA A IMPUNIDADE, PELA JUSTIÇA - PALESTINA SEMPRE"

30 novembro 2024

No âmbito do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestiniano, que se assinala a 29 de novembro, a Amnistia Internacional - Portugal juntou-se ao apelo da Plataforma Unitária de Solidariedade pela Palestina.

PETIÇÕES

A 10 de janeiro de 2024, a Amnistia Internacional - Portugal, em audiência com o Vice-Presidente da Assembleia da República, o deputado Adão Silva, entregou **mais de 18 mil assinaturas** referente à petição do cessar-fogo, pedindo que, em todos os fóruns internacionais onde Portugal está representado, a mensagem e posição do nosso país fosse clara e inequívoca: o apelo a um cessar-fogo imediato e permanente em Israel e no Território Palestiniano Ocupado.

O conflito nesta região foi tema de quatro petições ativas ao longo do ano, para as quais se alcançou **um total de 23.241 assinaturas**:

- Proteção dos Civis em Israel e no Território Palestiniano Ocupado
- Exija um cessar-fogo imediato por todas as partes para terminar o sofrimento dos civis e garantir o acesso da ajuda humanitária à Faixa de Gaza.
- Exija um cessar-fogo em Gaza! (dirigida aos deputados portugeses)
- Fim ao genocídio de Israel contra os Palestinianos em Gaza

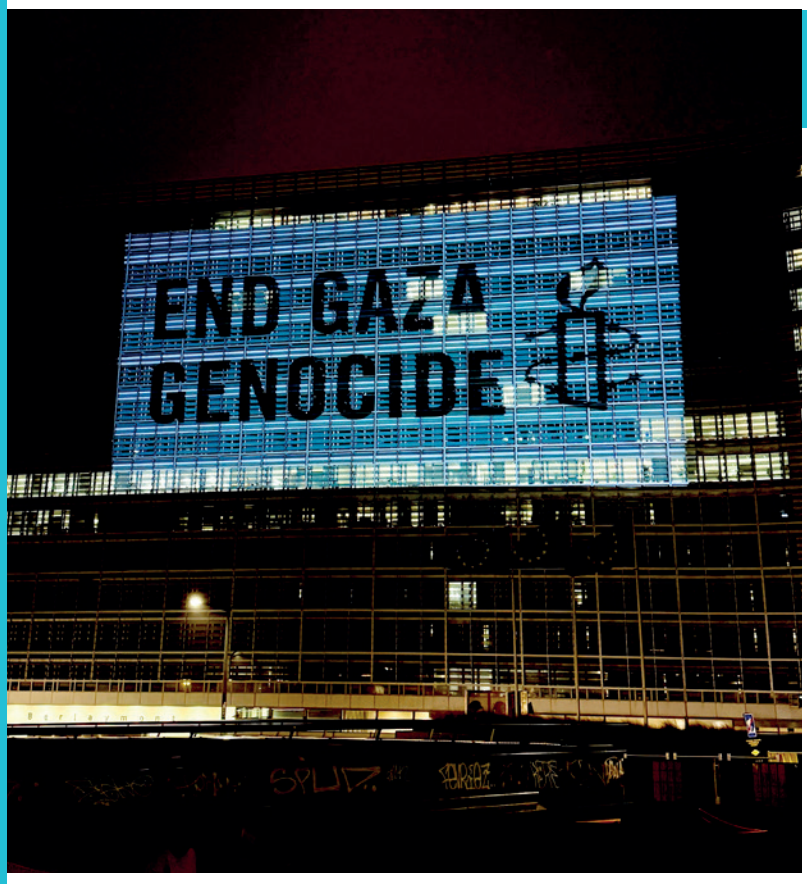
Foram colocados dois outdoors em Lisboa com referência à petição dirigida aos deputados portugueses, um deles em frente ao Parlamento.

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTRO COM A RELATORA DA ONU FRANCESCA ALBANESE

A Amnistia Internacional - Portugal foi convidada a participar, a 3 de outubro de 2024, num encontro de organizações da sociedade civil com a Relatora Especial da ONU para o Território Palestiniano Ocupado, Francesca Albanese.

O encontro teve como objetivo dar a conhecer à Relatora o trabalho desenvolvido em Portugal no âmbito da solidariedade para com a Palestina, bem como melhor conhecer o trabalho e as posições da Relatora sobre o tema.

Na sequência da nossa intervenção neste debate, Francesca Albanese pediu mais informações sobre a situação do navio Kathrin, tendo sido formalizada a troca de informações que levaria a Relatora a apresentar um pedido de esclarecimentos junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e reforçar os seus pedidos para a retirada da bandeira portuguesa do navio (Cfr. capítulo "Chamámos os Estados à sua responsabilidade").



CONFLITO NA UCRÂNIA

Os dois anos do início da invasão de larga escala da Rússia à Ucrânia e os dez anos da intervenção militar russa na Crimeia foram assinalados a 24 de fevereiro de 2024 com uma vigília no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Além da tradicional vigília com velas, houve um mural onde as pessoas foram convidadas a escrever mensagens de solidariedade para a Ucrânia. Multiplicaram-se frases como "Vocês não estão sozinhos" e "Coragem, irmãos ucranianos" assim como as palavras "paz" e "liberdade". Foi ainda feita uma projeção com os principais dados, números, mensagens de apoio e testemunhos das vítimas que marcaram os últimos dois anos de agressão russa. Por último, houve ainda um momento de microfone aberto onde as pessoas puderam tornar públicas as suas palavras de força e alento, bem como as próprias vivências. Foram lidos testemunhos de familiares de vítimas aos ataques de Chernihiv, Mariupol, entre outros.
Participaram nesta ação cerca de 80 pessoas.

Criação da página amnistia.pt/dois-anos-ucrania

Angariados
+ de 300 novos seguidores nas redes sociais da Secção

Foram enviados 3 emails de divulgação, 96 mensagens a personaliades, via Instagram, as quais partilharam 6 *stories* e uma delas esteve presente na vigília.

JANELA BRANCA PELA PAZ!

A Amnistia Internacional – Portugal uniu-se ao Movimento Janela Branca pela Paz criado pelo UNRIC (Centro Regional de Informação das Nações Unidas) e algumas figuras públicas, para mostrar aos decisores políticos que é urgente o fim dos conflitos e o restabelecimento da paz em todos os países do mundo.

Para divulgar a iniciativa e apelar à mobilização dos nossos membros e associados, para que pendurassem panos brancos em janelas das suas casas, 147.130 pessoas receberam um email, cuja taxa de abertura foi de 36%, tendo sido feitas várias publicações nas redes sociais da Secção.

No dia da ação, 21 de setembro, Dia Internacional da Paz, a Amnistia Internacional – Portugal colocou um lençol branco na fachada da sede, relembrando a importância da Paz e mostrando a sua solidariedade para com todos os que sofrem com os impactos cruéis e desumanos das guerras e conflitos.

#JANELA BRANCA PELA PAZ

AGIMOS EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO PACÍFICA

CAMPANHA PROTEGE A LIBERDADE

Lançada em julho de 2022, a campanha global **Protege a Liberdade** (*Protect the Protest* é a designação original) tem como objetivo alertar para as ameaças crescentes ao direito à manifestação a nível global, apoiar as pessoas e movimentos sociais que viram este direito violado e que atuam por mudanças positivas na esfera da liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação.

2024 foi um ano marcado pelas ações de rua no âmbito dos 50 anos do 25 de Abril e pela apresentação de resultados de trabalho de investigação relativos ao mapeamento do direito de reunião e de manifestação em Portugal e a nível europeu, o que culminou no lançamento de um Relatório Europeu, coordenado pelo Escritório Regional Europeu da Amnistia Internacional, e cujo evento se realizou em Portugal.

Mais de
26.500 novas
assinaturas nas

18 petições
da campanha

INVESTIGAÇÃO: "A LIBERDADE COMO BANDEIRA" SOBRE O DIREITO DE REUNIÃO EM PORTUGAL

No seguimento do mapeamento e das dezenas de entrevistas a ativistas e movimentos sociais realizados no ano anterior, em março de 2024 a Amnistia Internacional – Portugal publicou uma investigação, composta por nove capítulos e um de recomendações, sobre o direito de reunião e a liberdade de manifestação no nosso país.

Neste trabalho foram recolhidos testemunhos de ativistas/defensores de direitos humanos, realizadas entrevistas a especialistas das áreas do Direito, Psicologia e Ciências Sociais, analisados casos de alegados abusos e/ou violações de direitos humanos no país, consultada legislação, normas e regulamentos a nível nacional, bem como casos judiciais e outra documentação relevante. Estes dados e evidências foram cruzados com os resultados de um inquérito e das conclusões de dois grupos focais, conduzidos em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, a uma amostra de 1001 participantes de diferentes faixas etárias e origens de todos os distritos, incluindo Açores e Madeira.

O DOCUMENTO DEBRUÇOU-SE NA ANÁLISE DE TRÊS GRANDES ÁREAS:

- Legislação e normas em vigor em Portugal
- Participação cívica, conhecimentos sobre direito de reunião e opinião pública sobre ativistas
- Atuação e responsabilização das forças de segurança

Após a publicação, esta investigação foi citada no relatório europeu do Movimento sobre a campanha "Protege a Liberdade" e tem servido como base do trabalho desenvolvido pela Secção neste âmbito, por exemplo como tema do Encontro de Jovens Ativistas, promovido pelas áreas de Educação e Juventude.

DEZ RECOMENDAÇÕES

A Amnistia Internacional - Portugal avançou com um conjunto de recomendações dirigidas a diversas autoridades, como municípios, Assembleia da República, forças policiais e de investigação policial, governo e decisores políticos.

INVESTIGAÇÃO: "A LIBERDADE COMO BANDEIRA"

Comunicado de imprensa e artigo (versão mais curta) publicado na revista Humanista

49 resultados na imprensa (incluíndo entrevistas para Euronews, Antena1, Expresso, JN e TSF).

RELATÓRIO EUROPEU "POUCO PROTEGIDO E DEMASIADO RESTRINGIDO: O ESTADO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO EM 21 PAÍSES DA EUROPA"

A contribuição da Secção de Portugal para o relatório europeu **"Pouco protegido e demasiado restringido: o estado do direito de manifestação em 21 países da Europa"** é o resultado de um mapeamento e trabalho de investigação exaustivo, iniciado em 2023 e conduzido ao longo de 2024, pela área de investigação, sobre o direito à reunião e de manifestação.

Incluiu dezenas de entrevistas a ativistas e movimentos sociais de diversos quadrantes (direitos laborais, questões climáticas, direitos LGBTQIA+, migrantes e refugiados, habitação, discriminação e racismo, pessoas com deficiência), cruzamento de dados relativos ao período entre 2019 e 2024 (e, em alguns casos, anos anteriores), consulta de legislação, regulamentos e normas nacionais e internacionais, consulta de processos judiciais, além de dezenas de pedidos de informações e esclarecimentos a entidades governamentais.

PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES PARA PORTUGAL

Foi preparado um documento que compila as principais preocupações relativas a Portugal e que serviu de base para dar início a trabalho de *advocacy* a realizar neste âmbito. Este pequeno briefing foi enviado para o Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Direção Nacional da PSP, juntamente com pedidos de resposta e de reunião.

Neste contexto, a Secção reuniu-se com a Polícia de Segurança Pública e o **relatório foi apresentado e discutido em reunião da 1ª Comissão na Assembleia da República**.

RELATÓRIO EUROPEU SOBRE O DIREITO DE REUNIÃO EM 21 PAÍSES

58 resultados na imprensa
(inclui entrevistas para revista Sábado, JN, Expresso, LUSA, Antena1, Agência EFE, Renascença, Rádio Comercial, RTP, Observador e Público)

Criação da página com + de 260 visualizações

24 publicações nas redes sociais e 29 *stories*

três emails de divulgação do evento

RELATÓRIO EUROPEU "POUCO PROTEGIDO E DEMASIADO RESTRINGIDO: O ESTADO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO EM 21 PAÍSES DA EUROPA"

O EVENTO

O lançamento internacional deste relatório europeu realizou-se em Lisboa a 9 de julho, no auditório do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, com um evento de apresentação dos principais resultados e recomendações a nível europeu e a nível nacional, seguida de uma mesa-redonda e um encontro à porta fechada com movimentos sociais.

Catrinel Motoc, coordenadora de campanhas do Escritório Regional da Amnistia Internacional para a Europa, apresentou as conclusões do estudo a nível europeu e Inês Subtil, coordenadora de Investigação da Secção portuguesa, expôs as principais conclusões e recomendações do estudo para Portugal.

Os movimentos Vida Justa, Climáximo, Marcha do Orgulho LGBTI+ do Porto e o investigador do ISCTE Tiago Carvalho participaram numa mesa-redonda moderada por Paula Cardoso (Afrolink), partilhando as suas experiências sobre o exercício do direito de reunião e de manifestação em Portugal, e abordaram os principais problemas e prioridades de ação com vista a garantir a proteção deste direito no nosso país. Estiveram presentes cerca de 37 pessoas.

No período da tarde foi dinamizado um encontro à porta fechada, com cerca de 15 participantes, com movimentos sociais para discutir os principais desafios a enfrentar no usufruto do direito de manifestação e reunião pacífica em Portugal, e analisar o potencial da intervenção da Amnistia Internacional neste tema.

PROGRAMA DE OBSERVADORES DE PROTESTOS DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

A criação do programa de Observadores aconteceu no final de 2023, altura em que a Amnistia Internacional - Portugal foi uma de quatro Secções selecionadas a nível global para implementar um projeto-piloto, em coordenação com o Secretariado Internacional e um grupo especialistas que, durante 2024, apoiou a nossa Secção na coordenação do projeto e na capacitação das/os observadoras/os.

Durante os primeiros meses de 2024, o projeto ganhou maior definição e quatro grandes objetivos:

- Proteger o direito de reunião
- Ter um efeito dissuasor da violência
- Promover a responsabilização das forças de segurança
- Reforçar a confiança dos ativistas e movimentos

Lançou-se uma chamada para participação de voluntários e foi promovido um curso que decorreu em abril, destinado à equipa de voluntários (à qual também pertencem alguns elementos da equipa executiva), com o objetivo de capacitá-los como Observadores da Amnistia Internacional – Portugal.

Após esta formação, o grupo realizou uma ação de observação ao movimento Vida Justa durante o desfile dos 50 anos do 25 de Abril e à Marcha LGBTI+, em Lisboa, constituindo momentos de treino para o grupo.

Em setembro, outubro e novembro, sucederam-se sessões de observação a ações de protesto de diferentes movimentos: direito à habitação, movimentos anti-racistas, pelos direitos de migrantes ou em solidariedade com o caso de Odair Moniz. Ao mesmo tempo, realizaram-se ações de observação a protestos do espectro político oposto, concretamente a ações organizadas pelo partido Chega e por movimentos de extrema-direita como o Habeas Corpus e o Grupo 1143. No total, durante 2024 o programa monitorizou mais de uma dezena de protestos para recolha de dados, informações e evidências com fim de sustentar trabalho de investigação desenvolvido pela Amnistia Internacional – Portugal.

16 pessoas formadas
formação concluída com a equipa de voluntários - Observadores

20 notificações às autoridades competentes no âmbito do trabalho de campo com recolha de dados e evidências

Mais de uma dezena de ações de protesto observadas e monitorizadas

O Relatório Europeu mencionado relata como os direitos LGBTI+ têm sido ameaçados no país, em concreto na realização de eventos políticos promovidos por esta comunidade. O grupo de Observadores de Protestos acompanhou a 24ª Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa, em junho. Esta sessão pretendeu reforçar o trabalho de monitorização e observação de ações de protestos na zona de Lisboa, com o intuito de registar e recolher evidências do comportamento e atuação dos diversos intervenientes: forças de segurança, manifestantes e público em geral, bem como contribuir para um efeito dissuasor da violência.

25 DE ABRIL

OFICINA DE CARTAZES

Para assinalar os 50 anos da Revolução de Abril de 1974, a Amnistia Internacional - Portugal promoveu uma Oficina de Cartazes, na manhã do 25 de Abril, no Parque Eduardo VII em Lisboa. Os participantes tiveram oportunidade de elaborar os seus próprios cartazes alusivos à campanha Protege a Liberdade, a partir das propostas e em conjunto com cinco artistas portugueses. Bina Tangerina, Catarina Sobral, João Fazenda, Marcos Martos e Susana Carvalhinhos aceitaram o desafio e partilharam o seu talento, ilustrando a Liberdade para que ela pudesse descer a Avenida da Liberdade nas mãos das pessoas que desenharam e recriaram os seus cartazes. As inscrições para a Oficina esgotaram rapidamente e a ação contou com mais de 100 participantes, que avaliaram de forma muito positiva a iniciativa.

16 publicações nas redes sociais e 78 *stories*

Criação da página amnistia.pt/50-anos-25-abril com + de 1.240 visualizações

- **Informação sobre o direito de manifestação**
- **Pedido de assinatura em petições**
- **Oficina de Cartazes**
- **Encontro na Liberdade**
- **"Memórias do 25 Abril" com 16 testemunhos de membros e apoiantes**

Antes deste dia comemorativo, a Secção enviou postais com as ilustrações de Catarina Sobral e Bina Tangerina a um conjunto de jornalistas, com uma mensagem explicativa sobre a campanha Protege a Liberdade e apelando à sua colaboração na defesa da Liberdade de expressão. Alguns dos jornalistas fizeram menção nas suas redes sociais.

25 DE ABRIL

ENCONTRAMO-NOS NA LIBERDADE?

A Secção marcou presença no tradicional desfile do 25 de Abril com um "ponto de encontro" na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde apresentou a campanha Protege a Liberdade e divulgou os casos de pessoas ameaçadas, perseguidas e detidas, apenas por usufruirem pacificamente da sua liberdade de expressão e de reunião pacífica.
Estiveram expostos os casos de quatro ativistas angolanos (Adolfo Campos, Gildo das Ruas, Pensador e Tanaice Neutro), do artista afro-cubano Luis Manuel Alcántara, da cabeleireira dos Camarões Dorgelesse Nguessan, do ativista marroquino Nasser Zafzafi, do ativista do Bangladesh Shahnewaz Chowdury e da ativista russa Aleksandra Skochilenko.

Para conhecer as suas histórias, foram, ainda, distribuídos **1.000 cravos** com um breve parágrafo sobre a sua situação e um "QR Code" para quem quisesse assinar as petições pela liberdade destas pessoas. Ativistas da **REAJ** (Rede de Ação de Jovem) apoiaram a equipa executiva nesta ação.

Em **Coimbra**, **Leiria** e **Porto**, os Grupos de Ativismo marcaram igualmente presença nos desfiles das suas cidades, tendo também distribuído cravos com as etiquetas de casos da campanha Protege a Liberdade. Em **Estremoz**, o grupo criou uma instalação artística com cravos, arame e cartazes da campanha, além de ter partilhado igualmente os cravos para dar a conhecer as histórias das pessoas em risco. Para as famílias que quisessem criar os seus próprios cartazes, o grupo também disponibilizou materiais para cada participante poder desenhar e escrever as suas mensagens de solidariedade. Por sua vez, em **Viseu**, o grupo integrou a dinâmica de entrega dos cravos nas suas ações, distribuindo-os antes antes do concerto da Orquestra Juvenil de Viseu.

PETIÇÕES

As petições e o trabalho sobre indivíduos em risco continuaram a ser um dos principais eixos da campanha Protege a Liberdade com o objetivo de alcançar mudanças reais em alguns países e na vida de pessoas que viram os seus direitos à liberdade de expressão e manifestação serem restringidos.

Em 2024 estiveram ativas 18 petições relacionadas a campanha global, das quais cinco novas. Foi encerrada uma petição, por ter sido atingido o objetivo de libertar Aleksandra Skochilenko e verificados desenvolvimentos positivos sobre Gustavo Gatica (Chile) e as Mães de Sábado (Turquia), como mencionado atrás (cfr primeiro capítulo do presente relatório).

PETIÇÕES PROTEGE A LIBERDADE

- **Dorgelesse Nguessan: presa após ter participado na sua primeira manifestação | Camarões**
- **Aleksandra Skochilenko: presa por se opor à invasão russa da Ucrânia | Rússia**
- **Nasser Zefzafi: 20 anos de prisão por exigir mudanças no país | Marrocos**
- **Luis Manuel: artista preso por defender a liberdade de expressão | Cuba**
- **Liberdade para Chow Hang-tung | China**
- **Fim à perseguição das líderes da oposição no Zimbabué**
- **Shahnewaz Chowdhury: Em perigo por uma publicação no Facebook em defesa do ambiente | Bangladesh**
- **Liberdade imediata para Vahid Afkari! | Irão**
- **Justiça para as vítimas das forças de segurança durante as manifestações | Angola**
- **Familiares dos desaparecidos devem ser respeitados, não atacados! | Turquia**
- **Zineb Redouane: vítima do uso irresponsável de gás lacrimogéneo | França**
- **Justiça para Gustavo Gatica | Chile**
- **Justiça para as vítimas das forças de segurança durante as manifestações | Angola**
- **Liberdade para os quatro ativistas presos por exercerem o direito à manifestação em Angola**
- **A jornalista e ativista russa Maria Ponomarenko deve ser imediatamente libertada e as leis de censura de guerra revogadas | Rússia**
- **Neth Nahara deve ser imediatamente libertada | Angola**
- **Liberdade para a ativista bielorrussa Maryia Kalesnikava | Bielorrússia**
- **Os direitos de Kyung Seok Park têm de ser protegidos | Coreia do Sul**

MAIS DE
26.500
ASSINATURAS EM 2024

PAÍSES EM FOCO

ANGOLA

Em 2024, tivemos quatro petições online centradas em Angola, três delas diretamente ligadas à campanha Protege a Liberdade, exigindo justiça para as vítimas de violência policial em manifestações, sobre quatro ativistas em risco detidos (Adolfo Campos, Tanaice Neutro, Gildo das Ruas, Abraão Pedro Santos) e sobre Neth Nahara, também presa. Para estas três petições, recolhemos um total de **9.841 assinaturas**.

Na ação de rua durante a manifestação dos 50 anos do 25 de Abril, divulgámos a petição que pedia a liberdade dos quatro ativistas, através de um outdoor e nos cravos vermelhos que distribuímos amplamente às pessoas na rua. Publicámos um artigo na comunicação social destacando a situação destes ativistas e a situação geral de repressão em Angola, considerando que o Presidente da República de Angola se encontrava em Portugal para as comemorações da Revolução de Abril.

Mais tarde, no âmbito da visita oficial do Primeiro-Ministro português a Angola, em julho, chamámos a atenção para a situação dos direitos humanos neste país (Cfr. capítulo "Chamámos os Estados à sua responsabilidade").

Em novembro, organizámos a projeção do documentário "É proibido falar em Angola", seguida de um debate sobre o clima de repressão em Angola (Cfr. capítulo sobre a campanha Maratona de Cartas).

BIELORRÚSSIA

Em 2024 foram duas as petições relacionadas com pessoas em risco na Bielorrússia: Mikita Zalatarou e Maryia Kalesnikava. Recolheram **4.721 assinaturas** durante o ano de 2024. Em novembro, promovemos a projeção do filme "Who if not us? A luta pela democracia na Bielorrússia", seguido de uma conversa sobre o caso de Maryia Kalesnikava e a repressão dos protestos que tiveram lugar após as eleições de 2020 (Cfr. capítulo sobre a campanha Maratona de Cartas).

No dia 29 de novembro, Dia Internacional das Defensoras dos Direitos Humanos, lançámos uma Ação Urgente, convidando os nossos apoiantes a tirar uma fotografia com batom vermelho, ou a fazer o símbolo do "coração" com as mãos, e a publicar nas redes sociais para sensibilização sobre o caso de Maryia Kalesnikava, exigindo a sua liberdade.

PAÍSES EM FOCO

COREIA DO SUL

Lançámos uma petição sobre o caso de Kyung Seok Park que, durante o ano de 2024, reuniu **4.671 assinaturas**. No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, organizámos, em parceria com ao Centro de Vida Independente (CVI), a projeção do filme "Vidas Desafiantes" (Cfr. capítulo sobre a campanha Maratona de Cartas). Durante o ano, realizaram-se ainda duas reuniões com o CVI para debater a possibilidade de ações em conjunto no ano de 2025 no âmbito deste caso e da campanha Protege a Liberdade.

IRÃO

Durante o ano de 2024, tivemos ativas petições relativas a duas pessoas em risco no Irão - Vahid Afkari e Narges Mohammadi (sendo que o caso de Narges Mohammadi não faz parte da campanha Protege a Liberdade). No âmbito do lançamento do Relatório sobre a Pena de Morte, mas também no quadro da campanha Protege a Liberdade, lançámos, em maio, uma Ação Urgente destinada a evitar a execução de Reza Rasaei. (Cfr. capítulo "Chamámos os Estados à sua responsabilidade").

RÚSSIA

Foram duas as petições online sobre pessoas em risco na Rússia - Aleksandra Skochilenko (Sasha) e Maria Ponomarenko. Recolhemos um total de **4.791 assinatura**s. No primeiro semestre, centrámo-nos no caso de Aleksandra Skochilenko (mais informações no primeiro capítulo). Maria Ponomarenko recebeu maior destaque no último trimestre do ano e, para além da petição, o seu caso foi apresentado num dos postais (petição offline) da Revista AGIR.

TURQUIA

Foram divulgadas três petições online relacionadas com pessoas em risco na Turquia, duas delas relacionadas com a campanha Protege a Liberdade: Mães de Sábado e Gezi 7. Reunimos apenas **286 assinaturas** durante o ano.

No contexto da 1000ª vigília das Mães de Sábado e respondendo ao apelo da Secção Turca e do Secretariado Internacional, lançámos uma Ação Urgente e, pelo menos, **50 pessoas escreveram emails** ao Ministro do Interior (com conhecimento da embaixada turca em Lisboa) pedindo a abertura da Praça de Galatasaray, em Istambul. Neste local as Mães, outros familiares e muitos apoiantes organizaram, no passado, vigílias pacíficas semanais exigindo justiça para os seus familiares, mas desde 2018 que estão impedidos de o fazer nesta Praça. No âmbito deste apelo, entregámos à embaixada da Turquia em Lisboa as mais de **5.700 assinaturas** recolhidas na petição desde 2023 e destacámos o pedido de abertura da Praça para a 1000ª vigília com a entrega de um ramo de cravos vermelhos (símbolos das Mães de Sábado e da revolução portuguesa).

DEFENDEMOS OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

RISCOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CAMPEONATO DO MUNDO DE 2030

Em junho, foi publicado o relatório **"A Jogar um Jogo Perigoso? Riscos em Matéria de Direitos Humanos associados aos Campeonatos do Mundo FIFA 2030 e 2034"**, um trabalho coordenado pelo Secretariado Internacional, redigido e revisto em parceria com a área de investigação em Portugal, Espanha, Marrocos e Arábia Saudita.

No caso de Portugal, foram identificados riscos relacionados com os direitos laborais, a discriminação e o racismo, o direito à habitação, o direito de reunião e a atuação das forças de segurança. Entre as principais preocupações, por exemplo, o facto de um evento desta dimensão poder agravar ainda mais a escassez de oferta imobiliária a preços acessíveis, contribuindo para um aumento dos alojamentos de curta duração; ou os sérios riscos de exploração da população migrante que representa uma grande parte da mão-de-obra em setores como a construção civil, essenciais para a construção da infraestrutura necessária, lembrando que os acidentes de trabalho em Portugal estão acima da média da União Europeia e o número de inspetores do trabalho muito abaixo (seria necessário aumentar em cerca de 50% para se cumprir os valores de referência da Organização Internacional do Trabalho).

Além do alerta sobre os perigos em termos de direitos humanos, a publicação deste relatório tinha como objetivo apelar aos países candidatos para o cumprimento dos compromissos estabelecidos pela FIFA, em especial, após as polémicas em matéria de direitos humanos nos campeonatos na Rússia e no Catar, bem como apelar à própria FIFA que leve a sério o processo de avaliação nestes âmbitos.

Para a redação deste relatório, foram solicitados esclarecimentos à Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e à FIFA, pedidos que, após a publicação, foram reforçados durante meses. A Amnistia Internacional – Portugal questionou ainda a FPF sobre o processo de consulta de organizações da sociedade civil, sem obter qualquer tipo de resposta ou informação sobre quais teriam sido as organizações mencionadas no documento apresentado em matéria de direitos humanos aquando da candidatura portuguesa. Mesmo após várias insistências, a FPF e a FIFA nunca justificaram ou revelaram a lista de organizações da sociedade civil que em Portugal terão sido alegadamente consultadas no processo.

RELATÓRIO

"A Jogar um Jogo Perigoso?"

A Secção contribuiu com trabalho de investigação e comunicado de imprensa.

65 resultados na imprensa (inclui entrevistas para Antena 1, Rádio Renascença e TSF).

Lançamento de Ação Urgente junto de mais de **5.000 contactos** (email com taxa de abertura de 30%), apelando para o envio de email à Federação Portuguesa de Futebol, pedindo que tivesse em consideração as recomendações feitas pela Amnistia Internacional na proposta a apresentar à FIFA, e que houvesse uma consulta significativa dos representantes dos adeptos, sindicatos, grupos de direitos humanos e outros na elaboração dessa proposta.

RISCOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CAMPEONATO DO MUNDO DE 2030

Em novembro, a Amnistia Internacional lançou um novo relatório **"Há muito em jogo: Falhas perigosas nas estratégias de direitos humanos perigosamente erradas para os Campeonatos do Mundo de Futebol de 2030 e 2034"**, uma análise das avaliações e estratégias de direitos humanos que integram as candidaturas dos países candidatos (Portugal, Espanha, Marrocos e Arábia Saudita).

Este segundo briefing comparou as estratégias apresentadas com os requisitos da FIFA e os riscos identificados no primeiro relatório de junho. Apesar dos alertas, em dezembro, a FIFA confirmou as candidaturas únicas de Espanha, Marrocos e Portugal para 2030 e da Arábia Saudita para 2034.

De fora ficaram as garantias efetivas de que os direitos humanos serão protegidos nestes eventos.

RELATÓRIO "HÁ MUITO EM JOGO"

A Secção contribuiu com trabalho de investigação, *advocacy* e comunicado de imprensa.

37 resultados na imprensa (inclui entrevista para Rádio Renascença).

DIREITO À HABITAÇÃO NO BAIRRO DA JAMAIKA

No final de 2023 foi iniciada a última fase do processo de demolição do bairro da Jamaika (Vale de Chícharos), no concelho de Seixal, e do realojamento das famílias dos últimos lotes ainda de pé.

Apesar do trabalho de levantamento relativo aos moradores, no âmbito do realojamento, ter sido conduzido durante vários anos, algumas famílias alegaram ter sido deixadas de fora e só terem sido informadas poucos dias antes da mudança e do início da demolição. Quatro famílias que tinham sido excluídas do realojamento decidiram avançar com uma providência cautelar. Perante esta ação, a Câmara Municipal do Seixal decidiu suspender a mudança para as novas habitações de todas as famílias, o que gerou muito mal-estar entre moradores.

A Amnistia Internacional – Portugal contactou uma associação local e alguns moradores, esteve no bairro a recolher testemunhos e provas, reuniu com os advogados e pediu esclarecimentos à Câmara Municipal do Seixal no sentido de se encontrar uma solução para o impasse.

No início de 2024, a Secção reforçou os apelos no sentido de assegurar que a lei de bases da habitação fosse cumprida e que as quatro famílias excluídas não ficassem em situação de sem-abrigo.

Após alguns meses e muita pressão das diversas partes, a Câmara Municipal do Seixal encontrou alojamento temporário para as famílias excluídas, as restantes famílias foram realojadas (como já estava previsto) e os trabalhos de demolição do bairro foram concluídos.

CHAMÁMOS OS ESTADOS À SUA RESPONSABILIDADE

TRANSFERÊNCIA DE ARMAS PARA ISRAEL

Na sequência das primeiras notícias de que o navio MV Kathrin, com bandeira portuguesa, estaria alegadamente a transportar explosivos para Israel, a Amnistia Internacional – Portugal deu início a vários contactos com outras organizações e a trabalho de *advocacy* no sentido de obter esclarecimentos do governo português e pressionar para que a bandeira do país fosse de imediato retirada, impedindo, assim, que o navio pudesse atracar noutros portos.

Foram feitos contactos e enviadas cartas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e à Autoridade Marítima da Madeira (MAR), pedindo para se retirar a bandeira portuguesa, solicitando o agendamento de uma reunião e apelando para que o governo português tomasse uma posição. Apesar da denúncia, tanto os pedidos de informações, como os pedidos de reunião com a Secção não obtiveram qualquer resposta. Na sequência do nosso contacto, Francesca Albanese, Relatora especial da ONU para o Território Palestiniano Ocupado, pressionou o governo português a agir sobre o assunto.

Apesar das notícias que saíram no início de outubro a informar que o barco já não tinha bandeira portuguesa, a Amnistia Internacional – Portugal conseguiu apurar que tal não era verdade e trabalhou no reforço de informação para repor a verdade, através das redes sociais, do website e de um comunicado de imprensa.

A pedido do armador, e após um longo processo, o barco retirou a bandeira portuguesa já no final de outubro, passando a ter bandeira alemã.

Poucas semanas depois surgiu um novo navio, Nysted Maersk, também suspeito de transportar armamento ou componentes eletrónicos para o fabrico de equipamento militar, que acabaria por ser autorizado pelo governo português a atracar no porto de Lisboa, causando uma nova onda de protestos. Segundo o executivo, teria havido uma inspeção ao navio que negou a existência de material com fins militares.

A Secção realizou trabalho de investigação para averiguar a situação real do **navio MV Kathrin** e do **Nysted Maersk**, a troca de informações foi realizada em articulação com outras Secções da Europa, o Secretariado Internacional e outras organizações não-governamentais e resultou numa declaração pública, publicada no website, bem como num novo pedido de reunião com o MNE e o governo português.

WEB

Artigo do Navio MV Kathrin com bandeira portuguesa

VOTE PELOS DIREITOS HUMANOS

Em fevereiro, a Amnistia Internacional – Portugal divulgou um conjunto de recomendações em matéria de direitos humanos dirigidas aos partidos e coligações eleitos para o governo e para a Assembleia da República nas eleições de 10 de março.

O documento resultou do trabalho de investigação da Secção que identificou 12 prioridades e medidas a serem aplicadas no atual contexto de incerteza, conflitos, guerras, instabilidade social e económica a nível europeu e mundial. O objetivo foi o de contribuir para que a política portuguesa e as estratégias definidas para os próximos quatro anos refletissem as urgências impostas na conjuntura existente.

A Amnistia Internacional – Portugal quis lembrar a importância de que, no ano em que se celebrou meio século desde a Revolução de Abril de 1974, Portugal pudesse contar com um governo e um parlamento empenhados em defender e promover os direitos humanos, tanto no país como internacionalmente, assegurando o efetivo cumprimento de legislação conquistada nas últimas décadas, como a interrupção voluntária da gravidez e a lei de bases da habitação, e garantindo instituições livres de discursos de ódio e de divisões, capazes de combater todas as formas de tortura, maus-tratos e discriminação.

12 PRIORIDADES APRESENTADAS NA PETIÇÃO

1. Promover e proteger os direitos económicos e sociais e o combate à pobreza
2. Adotar medidas para erradicar a discriminação racial, étnica e religiosa
3. Proteger o direito ao asilo e assegurar rotas legalmente reconhecidas e seguras para migrantes
4. Proteger os direitos sexuais e reprodutivos
5. Assegurar o apoio e a proteção de vítimas de violência doméstica
6. Apoiar a luta contra a misoginia, o sexismo e os atos discriminatórios contra a comunidade LGBTQIA+
7. Respeitar o direito à liberdade de reunião e manifestação pacíficas
8. Criar uma autoridade nacional independente para a prevenção e combate à tortura e aos maus-tratos nas prisões
9. Garantir que as condições nos estabelecimentos prisionais estão em conformidade com as normas internacionais
10. Colocar as pessoas e os direitos humanos no centro do debate sobre as alterações climáticas
11. Assegurar a justiça e o respeito pelos direitos humanos nas crises internacionais
12. Assegurar que o país está na linha da frente no cumprimento do direito internacional e humanitário

1.759 pessoas assinaram esta petição.

11 resultados de imprensa (incluindo uma entrevista na TSF)

Por uma política europeia centrada nos Direitos Humanos

No dia da Europa, o Movimento publicou um Manifesto para as Eleições Europeias. No seguimento dessa publicação, em conjunto com o Escritório Regional da Europa, a Secção lançou uma petição pedindo aos candidatos portugueses ao Parlamento Europeu que seguissem os apelos da Amnistia Internacional e fizessem da agenda de direitos humanos a sua agenda no Parlamento Europeu.

Para além da divulgação nas redes sociais durante os meses de maio e junho, foi enviado um email a mais de **118 mil contactos**, nas vésperas da tomada de posse dos novos eurodeputados, de forma a aumentar o número de assinaturas na petição. O email teve uma taxa de abertura de **33,5%**.

APELO AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL PARA COLOCAR OS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA DA SUA VISITA A ANGOLA

No âmbito da visita oficial de Luís Montenegro a Angola, em julho de 2024, a Amnistia Internacional - Portugal enviou uma carta ao Primeiro-Ministro a dar conta de vários casos que demonstram como Angola continua, de forma contínua, a perpetrar violações de direitos humanos fundamentais, como é o caso do direito à liberdade de expressão e do direito de manifestação e reunião pacífica, e a apelar para que, durante a sua visita a este país, o Primeiro-Ministro incluísse na agenda a temática dos direitos humanos, designadamente as seguintes recomendações:

- Acabar com a violência policial contra manifestantes pacíficos e com a prática de dispersar arbitrariamente reuniões pacificas, e o respeito pelos direitos da liberdade de expressão e reunião pacífica para todos os cidadãos em Angola

- Encerrar todos os processos penais instaurados contra indivíduos apenas por exercerem o direito à liberdade de reunião pacífica e, nos casos em que estes processos resultaram em condenação e multas e/ou prisão, anular as condenações e suprimir as multas

- Tomar medidas para acionar a investigação imediata, exaustiva, independente e imparcial das alegações do homicídio de jovens pelas forças de segurança, ao dispersar manifestantes das ruas, e assegurar a responsabilização de todos os seus autores através de julgamentos justos

- Adotar medidas imediatas e urgentes para oferecer justiça às vítimas de violações de direitos humanos relacionadas com o uso excessivo e desnecessário da força pelo governo, nomeadamente reparações apropriadas e adequadas às famílias das vítimas de uso letal da força pela polícia

Complementarmente, foi lançado um convite para a Rede de Ações Urgentes, para os seus membros enviassem um email dirigido ao Primeiro-Ministro, pedindo que as violações de direitos humanos perpetradas pelo governo angolano fossem abordadas durante a visita oficial a Angola. O email com a Ação Urgente foi **enviado a mais de 5 mil contactos**, teve uma taxa de abertura de 27% e, entre os emails que foram enviados para S.Bento, 68 foram com o conhecimento da Secção.

PORTUGAL NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS

O relatório sobre o estado dos direitos humanos é publicado anualmente pela Amnistia Internacional. A referência a Portugal, publicada em abril de 2024, refere-se ao ano anterior e os destaques foram os seguintes:

- Sete polícias acusados de torturar imigrantes receberam autorização para retomar as suas funções; **(1)**
- Persistiram as preocupações com as baixas taxas de acusação por violência doméstica.
- O número de famílias sem habitação adequada triplicou em relação a 2018; **(2)**
- Seis jovens apresentaram um processo judicial histórico contra 33 países por inação contra as alterações climáticas. **(3)**

Dado o desfasamento temporal entre a preparação do documento e a publicação do mesmo, em abril a Secção fez referência às seguintes atualizações face aos temas de destaque acima referidos:

(1.) Em janeiro de 2024, o Tribunal de Beja determinou, em cúmulo jurídico, a aplicação de pena de prisão efetiva a dois militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e pena suspensa a um outro dos militares. Os dois militares condenados a cumprir, respetivamente, oito anos e oito meses, e oito anos e sete meses, foram desvinculados da GNR. O terceiro manteve-se em funções.

(2.) Segundo dados publicados em março de 2024, o Instituto Nacional de Estatística (INE) estimava que 12,9% das famílias vivia em habitações sobrelotadas, o que representa um aumento de mais de 3% face aos dados de 2023. De referir ainda que o INE estimava que 27,7% das famílias em risco de pobreza esteja em situação habitacional de sobrelotação.

(3.) Em abril de 2024, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos não aceitou o processo colocado pelos seis jovens portugueses a 33 países. Em causa o facto de o coletivo de juízes ter considerado que não se aplica a jurisdição extraterritorial aos Estados mencionados no processo e de, no caso de Portugal, não terem sido esgotadas as vias legais nacionais.

O Relatório gerou

149

resultados na imprensa

incluindo um total de

7

entrevistas

TSF, Rádio Renascença, RTP1, RTP3, Antena 1, RR sobre o estado dos direitos humanos em Portugal, mas também noutros países destacados neste relatório.

A nível global a organização salientou as consequências da intensificação dos conflitos e do quase colapso do direito internacional, mas também as ameaças da inteligência artificial na deterioração do Estado de direito e no aumento das violações dos direitos humanos caso a regulamentação não acompanhe a inovação.

WEB

Portugal no relatório anual sobre o estado dos direitos humanos

RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS A PORTUGAL PARA A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

No âmbito da 4ª Revisão Periódica Universal a Portugal, um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que pretende analisar, a cada quatro anos, a situação de direitos humanos em todos os países do mundo, a Amnistia Internacional – Portugal publicou um documento no website Internacional do Movimento (www.amnesty.org) com 28 recomendações. Este trabalho de investigação debruçou-se em nove áreas: tortura, maus-tratos e uso excessivo de força; condições de detenção e prisão; discriminação, racismo e xenofobia; violência de género; direitos sexuais e reprodutivos; liberdade de expressão, associação e reunião; direito à habitação; direitos laborais; migrantes, requerentes de asilo e refugiados. Os resultados e recomendações foram apresentados a interlocutores-chave neste processo de avaliação a Portugal numa sessão promovida pela embaixada do Canadá e da Alemanha e na qual a Secção participou, juntamente com cerca de uma dezena de organizações da sociedade civil.

Em novembro, uma delegação do governo português apresentou em Genebra, na Suíça, o relatório nacional sobre a situação dos direitos humanos em Portugal. A comitiva portuguesa respondeu às recomendações dos 193 Estados-Parte, destacando os resultados alcançados desde o último ciclo de avaliação. O trabalho de investigação e *advocacy* da Amnistia Internacional espelhou-se em muitas das recomendações dos Estados-Parte, nomeadamente no reforço da necessidade do país tomar medidas sobre as questões de discriminação e racismo e sobre a atuação das forças de segurança, maus-tratos e uso excessivo de força.

WEB

Recomendações sugeridas a Portugal para revisão durante a 45.ª sessão do Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal, novembro de 2024

APELOS À JUSTIÇA CLIMÁTICA

Em 2024, a Secção reforçou o trabalho iniciado em 2023 nas áreas da Justiça Climática e da Transição energética, através de trabalho de *advocacy*. Foram enviadas cartas e apelos à ação de decisores políticos, **no âmbito da COP29**, para a concretização de objetivos de financiamento destinados ao combate às alterações climáticas, para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e para que todos os textos relevantes relacionados com Justiça Climática mantenham a importância de uma participação significativa de mulheres e raparigas em toda a sua diversidade e interseccionalidade.

Em março e novembro, a Amnistia Internacional – Portugal advogou pela adoção de um **protocolo adicional à Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, um trabalho reconhecido por interlocutores relevantes, como foi o caso do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a Ministra do Ambiente e da Energia e a Comissão Nacional de Direitos Humanos. Pretendeu-se pressionar decisores políticos para a necessidade de instrumentos adicionais no domínio dos direitos humanos e do ambiente, de modo a reforçar as obrigações existentes de respeitar, proteger e cumprir o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável e de harmonizar o quadro europeu dos direitos humanos com o de outras regiões. Um protocolo pode ainda contribuir para inspirar a adoção de normas legislativas e políticas mais progressistas a nível nacional.

Combate às causas dos incêndios

Na sequência dos fortes incêndios florestais que assolaram o país em setembro, a Amnistia Internacional - Portugal publicou a declaração **"Incêndios: Portugal deve redobrar esforços no combate a causas"**, em solidariedade para com as comunidades afetadas, em especial para com aqueles que perderam a vida, as suas casas e os seus meios de subsistência. Nesta declaração pública foram divulgados dados do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais, que mostram que, entre 25 países, Portugal detém, de forma destacada, a maior percentagem média anual em área ardida no seu território desde 2006 até 2023 (1,02%). A diferença com os outros países é ainda mais elevada quando se tem em conta apenas o ano de 2024. No espaço de menos de uma semana, o ano de 2024 passou de ser quarto pior ano em área ardida desde 2014.

A Amnistia Internacional - Portugal lamentou, ainda, o registo de mortes, feridos e o incontável número de perdas em termos de património florestal e cultural. **Foram 13 os resultados de imprensa** relacionados com este tema.

PELO FIM DA PENA DE MORTE

Por ocasião do lançamento do relatório anual da Pena de Morte, a Secção portuguesa realizou uma ação para sensibilizar para os números globais da pena capital que, no ano anterior (2023), teve lugar em 16 países.

Partindo das conclusões do relatório. foram elaboradas 39 placas informativas com os principais dados, uma placa para cada um dos países onde as sentenças de morte e as execuções são uma realidade, ou está ainda contemplada no seu código penal. No caso dos países que ainda aplicam a pena capital, a placa indicava o número de pessoas submetidas à pena de morte em 2023, com a mensagem **"É tempo de cortar com a pena de morte!"**. Cada placa incluiu um "QR Code" para uma página de internet elaborada para o efeito.

De 29 de maio a 2 de junho, as placas estiveram colocadas no Parque das Nações, em Lisboa, no Rossio dos Olivais, por baixo de cada uma das bandeiras dos países em causa.

No âmbito do lançamento deste Relatório, e com o intuito de convidar as pessoas a agir em prol de casos concretos, foram propostas duas Ações Urgentes apelando ao envio de emails para as autoridades competentes de forma a alcançar-se a anulação da pena de morte de dois indivíduos em risco: Reza Rasaei, do Irão, e Mohammad bin Nasser al-Ghamdi, da Arábia Saudita. Para este efeito, foram enviados **173 emails** parao caso da Arábia Saudita, e **193 emails** sobre o caso do Irão.

Para divulgação do Relatório da Pena de Morte e das referidas Ações Urgentes, a Amnistia Internacional - Portugal enviou ainda um email para mais de **118 mil contactos**, obtendo **44% de taxa de abertura**. A página no website criada para esta sensibilização contou com mais de **7.600 visualizações.** Foram **42 os resultados de imprensa** relativos a este tema.

MOBILIZÁMOS A EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

ACADEMIA AMNISTIA

No ano de 2024 a Academia Amnistia continuou a ser um espaço de capacitação de diferentes tipos de públicos em matérias de direitos humanos e educação. Mantemos uma oferta variada composta por cursos gratuitos e autogeridos, cursos certificados e cursos à medida de outras entidades.

Destacamos a adaptação para português de dois cursos da *Human Rights Academy*, que se traduziu num curso único sobre alterações climáticas e direitos humanos (46 participantes).

No que diz respeito aos cursos certificados, integrámos o feedback recolhido junto de participantes em edições anteriores e adaptámos dois cursos já existentes em catálogo ("Agir pelos Direitos Humanos" e "Educar pelos Direitos Humanos") para um formato autogerido. Esta mudança, mantendo todo o processo de avaliação e certificação pela DGERT e pelo Conselho Científico-Pedagógico de formação contínua de docentes, permite aos participantes acompanhar o curso ao seu ritmo, num espaço temporal de várias semanas. O curso "Educar pelos Direitos Humanos" foi destinado a docentes das 13 Escolas Amigas dos Direitos Humanos, de forma a apoiar a capacitação para o trabalho educativo e envolver mais atores no contexto de cada escola.

Realizámos ainda três cursos à medida de duas entidades públicas (Divisão de Juventude da Câmara Municipal do Setúbal e Instituto Português do Desporto e Juventude), um sobre educação não formal e dois acerca do combate ao discurso de ódio, no âmbito do Movimento contra o discurso de ódio promovido pelo Conselho da Europa, que a Amnistia Internacional integrou entre 2013 e 2017.

433 formandos em 2024

7 cursos gratuitos e autogeridos na plataforma da Academia Amnistia

5 cursos certificados

3 ações de formação à medida

PROGRAMA ESCOLAS AMIGAS DOS DIREITOS HUMANOS (EADH)

No ano letivo 2023/2024 o programa alargou-se a mais três escolas, alcançando treze escolas em todo o país. Procurámos aumentar as formas de envolvimento das EADH noutras campanhas da Amnistia, os mecanismos de apoio, os recursos materiais e financeiros, abrindo o Fundo de Apoio às Estruturas a estas Escolas Amigas. No seguimento da restruturação do programa iniciada no ano anterior, lançámos um novo logótipo e um guia de apoio à implementação do programa nas escolas.

Onze escolas participaram no Encontro Escolas Amigas dos Direitos Humanos no Fundão, dedicado à campanha Protege a Liberdade. O Encontro de Docentes, realizado na sede da Amnistia Internacional - Portugal, contou com a representantes de 10 escolas. Estas atividades conjuntas constituem importantes momentos de partilha, intercâmbio e trabalho conjunto.

Quanto ao "Desafio EADH", anualmente promovido por este programa, continuámos a abordar a campanha global Protege a Liberdade, associando os temas em foco à comemoração dos 50 anos do 25 de Abril em Portugal. As atividades podem ser conhecidas aqui.

A campanha global Protege a Liberdade, associada aos 50 anos da Revolução de Abril foi, de facto, um tema abordado de forma transversal em todas as escolas. Entre as ações promovidas por estas escolas incluem-se também outros temas, com destaque para um grande número de atividades sobre os direitos das mulheres/ desigualdade de género/ violência no namoro e bullying. Também as temáticas da guerra/paz foram mote de diversas atividades, sendo de assinalar a organização de vigílias sobre Israel/Território Palestiniano Ocupado em duas das escolas.

Promovemos, igualmente, o trabalho sobre indivíduos em risco, convidando as escolas a explorar os casos de Aleksandra Skochilenko e Narges Mohammadi e a agir em sua defesa.

Lançámos a conta de Instagram das Escolas Amigas dos Direitos Humanos procurando dar maior visibilidade às atividades desenvolvidas, quer para o público externo, quer para os membros das escolas participantes e continuámos o processo de capacitação de ex-alunos das EADH, promovendo outros espaços de participação fora do programa, que permitam a continuidade nos seus percursos de ativismo.

Balanço ano letivo 2023/2024

3 novas escolas Amigas dos Direitos Humanos

Total de 13 escolas no Programa EADH, oriundas do Cacém, Vila Franca de Xira, Maia, São João da Madeira, Ferreira do Zêzere, Estremoz, Fundão, Moimenta da Beira, Paços de Ferreira, Barreiro, Redondo, Ermesinde, Óbidos.

+ de 160 atividades autonónomas promovidas pelas EADH, resultando num total de 8.696 participações

252 pessoas envolvidas nos grupos de trabalho, sendo 181 jovens estudantes

TRABALHO COM ESCOLAS

Em 2024 realizámos, com o apoio da bolsa de facilitadores EDH e dos grupos de ativismo, 85 sessões de Educação para os Direitos Humanos (EDH) alcançando mais de 6000 pessoas, sobretudo jovens, em escolas de 15 distritos. Procurámos estabelecer uma relação de continuidade com as escolas, lançando propostas de ativismo e campanhas, procurando divulgar as diversas formas de colaboração no início do ano letivo. Ainda assim, não foi possível atender a todos os pedidos de sessões, quer por questões de agenda da equipa, da bolsa e das escolas, quer por razões geográficas.

A Bolsa de Facilitadores EDH conta atualmente com 66 membros voluntários, muitos dos quais jovens, que têm feito um percurso de capacitação noutros espaços de ativismo. De forma a aumentar o número de sessões realizadas de forma autónoma por ativistas voluntários, têm sido desenvolvidas algumas medidas práticas, como é o caso do Encontro da Bolsa em setembro, em formato online, e a introdução das 'Conversas da Bolsa', um espaço de aprendizagem e partilha online que acontece trimestralmente.

A Rede de Escolas da Amnistia Internacional subiu de 165 para 211 escolas em todo o país. Em 2024 elaborámos três propostas pedagógicas e de ativismo para esta Rede, apostando também no trabalho sobre casos de indivíduos em risco:

- **Dia Internacional da Mulher – foco no caso de Narges Mohammadi**
- **Caso de Aleksandra Skochilenko**
- **Pena de morte**

Realizaram-se sessões nos diferentes ciclos de ensino. Diversificámos as atividades de forma a incluir propostas para crianças do 1º e 2º ciclo, promovendo uma intervenção mais precoce em termos de educação para os direitos humanos. Além destas atividades elaboradas especificamente para a Rede, as escolas foram convidadas a participar na Maratona de Cartas e receberam informação sobre outras iniciativas, com o objetivo de manter um trabalho contínuo e regular sobre direitos humanos.

Continuámos a colaboração com a Câmara Municipal de Oeiras, realizando sessões com as escolas do concelho.

Em 2024 a Direção-Geral de Educação publicou o Referencial de Direitos Humanos para a Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, no qual a Amnistia Internacional - Portugal esteve envolvida em 2019 e 2020.

211 escolas na Rede de Escolas (+78% que em 2023)

85 ações de EDH em escolas e outras entidades

24 sessões desenvolvidas por pessoas voluntárias da Bolsa de Facilitadores

27 sessões desenvolvidas por Grupos de Ativismo

+ de 6.000 participantes em ações de EDH

OUTRAS PARCERIAS

COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO MINHO

No primeiro semestre de 2024 colaborámos com o curso de Licenciatura em Ciências Políticas da Universidade do Minho, no âmbito da unidade curricular de projeto aplicado. O conceito, proposto por um docente desta universidade e construído em conjunto, incluiu:

- O estudo de um caso de indivíduo(s) ou comunidade em risco acompanhado pela Amnistia Internacional;
- A definição de uma campanha de mobilização, incluindo destinatários e ações;
- A implementação de ações de ativismo em defesa e solidariedade do caso, quando possível.

A equipa da Secção realizou uma sessão inicial com a turma e acompanhou dois grupos que trabalharam acerca dos casos de Narges Mohammadi e Ana Maria Santos Cruz. Ambos os grupos realizaram ações de ativismo e divulgação destes casos no campus de Braga da Universidade do Minho. A colaboração foi avaliada muito positivamente em conjunto com o docente responsável.

A colaboração continua no ano académico 2024/2025.

SENSIBILIZAR PARA DIREITOS HUMANOS PELO CINEMA

Concretizou-se mais um ano de parceria com o Festival Internacional de Cinema Independente de Lisboa – IndieLisboa onde, uma vez mais, foi atribuído o **Prémio Amnistia Internacional**.

Em 2024, o júri deste prémio distinguiu o filme "**There is No Friend's House**".

Na escolha desta curta-metragem, os jurados sublinharam a "sensibilidade e profundidade com que aborda a situação dos direitos humanos, em particular os das mulheres, no Irão", detalhando que "é um filme que nos seduz, enquanto espectadores, através da exposição das tensões interiores das personagens e, em seguida, nos confronta com as contradições e os medos das mesmas personagens". Em relação ao contexto iraniano, evidenciaram a "realidade em que a suspeição e o medo estão continuamente presentes em todos os momentos da vida", alertando que "a censura é exercida entre iguais, sem ser necessária sequer a presença explícita das autoridades".

O objetivo desta iniciativa é distinguir filmes que levem o espectador a alargar a sua compreensão sobre determinado aspeto da dignidade humana. Na edição de 2024, o júri contou com Rui Tavares Guedes, diretor da revista Visão, Hugo Sequeira, ator, e Sofia Esteves, membro da Direção da Amnistia Internacional - Portugal. À semelhança de anos anteriores, o prémio, no valor de 1.500€, foi patrocinado pela Fundação Serra Henriques.

MOBILIZÁMOS E PROMOVEMOS O ATIVISMO

ESTRATÉGIA DE ATIVISMO

A necessidade da definição de uma Estratégia de Ativismo para a Amnistia Internacional - Portugal surgiu a partir dos debates em Conselhos Gerais e Assembleias Gerais após a pandemia, refletindo acerca da importância do ativismo no Movimento e da necessidade de construir, em conjunto, um caminho para os próximos anos.

Em 2023 foi constituído um grupo de trabalho para este efeito e, ao longo de 2024, este grupo, composto por membros, elementos dos órgãos sociais e equipa executiva, continuou o trabalho iniciado no ano anterior, desenvolvendo dois processos de consulta bastante participados e submetendo à Assembleia Geral de dezembro a Estratégia de Ativismo 2025-2030.

A Estratégia foi aprovada e o documento pode ser consultado aqui.
Inclui informação detalhada acerca da metodologia utilizada. A Amnistia Internacional - Portugal agradece o empenho e a dedicação dos membros do grupo de trabalho e de todas as pessoas envolvidas neste processo.

DEFINIÇÃO

ATIVISTA

é quem se envolve, de forma coletiva ou individual, consciente e continuada, em ações em defesa dos direitos humanos e em espaços associativos da Secção e do Movimento.

FORAM DEFINIDOS OS SEGUINTES OBJETIVOS A ALCANÇAR ATÉ 2030

1. Investir na divulgação da Amnistia Internacional enquanto movimento composto por ativistas com diferentes formas de atuação;
2. Aumentar o sentimento de pertença e identificação das pessoas envolvidas com a Amnistia enquanto ativistas;
3. Aumentar os espaços e os momentos de partilha, encontro e trabalho em rede entre ativistas;
4. Promover as condições necessárias para que os ativistas tenham informação detalhada acerca das ações a ocorrer, para que possam atuar de forma concertada. Esta informação deverá incluir também a estrutura interna e o funcionamento da Secção e do Movimento;
5. Facilitar os procedimentos internos de forma a promover a ação coletiva em prol dos direitos humanos;
6. Diversificar as formas de ativismo coletivo em prol dos direitos humanos;
7. Investir na criação de novos Grupos de Ativismo e continuar a apoiar os existentes;
8. Dar destaque ao papel dos Membros, enquanto ativistas envolvidos, quer na defesa dos direitos humanos, quer na Governança da Secção;
9. Cuidar da fidelização de ativistas individuais, apoiando a sua integração e maior envolvimento no Movimento;
10. Contribuir para que a Amnistia Internacional seja reconhecida como um parceiro estável junto de outros coletivos e movimentos sociais.

GRUPOS DE ATIVISMO

Durante 2024 os Grupos de Ativismo da Amnistia Internacional - Portugal realizaram mais de 80 ações junto das suas comunidades locais e envolveram mais de 2500 pessoas. Grande parte das ações incidiram sobre as celebrações do 50º aniversário do 25 de Abril, integradas na campanha global "Protege a Liberdade", e na Maratona de Cartas, incluindo o dia de ação pelo 10 de Dezembro, Dia dos Direitos Humanos.

Entre as ações realizadas que envolveram maior impacto da comunidade local, destacam-se o ciclo de cinema, no âmbito dos 50 anos do 25 de Abril, realizado pelo grupo de Chaves, em parceria com o cineclube de Chaves, e a segunda edição do (C)ativar, um evento organizado pelo grupo de Leiria que envolveu mais de 200 jovens e vários oradores externos, no dia 10 de dezembro.

Os Grupos foram desafiadas a participar em quatro ações concertadas (ações propostas pela equipa executiva) ao longo do ano, que incluíram materiais de apoio associados e canais de comunicação ad hoc. As ações foram por ocasião do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, do documentário sobre o caso de Aleksandra Skochilenko, das comemorações do 25 de Abril e do Dia dos Direitos Humanos.

A nível interno, continuou o investimento na proximidade e cooperação entre a equipa executiva e as coordenações dos Grupos, apostando em ferramentas de maior proximidade de comunicação e dando continuidade às Conversas Ativistas online, ao acolhimento e integração de todas as novas equipas de coordenação dos Grupos e também ao investimento na criação de novos espaços de capacitação para temas e táticas do trabalho da Amnistia Internacional com a realização de um *Skillshare* que teve um acolhimento muito positivo.

Os Grupos de Ativismo foram também envolvidos nos processos de consulta para a definição da Estratégia de Ativismo 2025-2030, aprovada na Assembleia Geral de dezembro 2024.

19 Grupos
de ativismo ativos espalhados pelo país

+80 ações
de ativismo promovidas pelos Grupos de Ativismo

4 propostas
de ações concertadas

+2.500
pessoas envolvidas

PETIÇÕES

Em 2024, as petições continuaram a ser a principal ferramenta para mobilizar pessoas pela defesa de indivíduos e comunidades em risco, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e para o respeito dos direitos humanos. Este trabalho permitiu também que mais pessoas fossem sensibilizadas para as realidades apresentados em cada petição e para as temáticas de direitos humanos em foco.

Em todas as ações de rua que organizámos, demos a conhecer as petições ativas e recolhemos novas assinaturas. Estes apelos são também divulgados através de publicações nas redes sociais e envio de emails preparados para o efeito.

Durante o ano, estiveram ativas 54 petições, recolhendo um total superior a 196 mil assinaturas, as quais foram encaminhadas para as respetivas autoridades. Encerrámos 8 petições e criámos 16 novas petições.

AS NOVAS PETIÇÕES LANÇADAS DURANTE O ANO DE 2024

- Justiça para as vítimas da agressão russa à Ucrânia
- Vote pelos Direitos Humanos
- Liberdade para os quatro ativistas presos por exercerem o direito à manifestação em Angola
- Exija um cessar-fogo em Gaza! (deputados)
- Por uma política europeia que coloque no seu centro os Direitos Humanos
- Respeitar os direitos indígenas no território Wet'suwet'en no Canadá
- O governo do Equador tem de eliminar as queimas de gás na Amazónia
- Quebrar o silêncio: Acabar com as violações dos direitos humanos no Afeganistão
- Libertar as vozes de mudança na Arábia Saudita
- A jornalista e ativista russa Maria Ponomarenko deve ser imediatamente libertada e as leis de censura de guerra revogadas
- Neth Nahara deve ser imediatamente libertada
- A Arábia Saudita deve libertar imediatamente Manahel al-Otaibi
- Liberdade para a ativista bielorrussa Maryia Kalesnikava
- Os direitos de Kyung Seok Park têm de ser protegidos
- As autoridades turcas têm de parar de assediar a Professora Sebnem Fincanci
- Fim ao genocídio de Israel contra os Palestinianos em Gaza

AS NOSSAS PETIÇÕES

54 petições
ativas

16
novas petições

mais de
196 mil assinaturas

PETIÇÕES

As petições servem também de base aos apelos mundiais da Revista AGIR, constando o seu conteúdo nos postais que se encontram na parte central da revista, postais esses que membros e apoiantes enviam para a sede da Amnistia Internacional - Portugal.

Em 2024, **2.430 postais** foram enviados pelos leitores da Revista AGIR e posteriormente encaminhados para as respetivas autoridades competentes. Este número é mais baixo do que em anos anteriores devido a adiamentos na publicação das edições de 2024 da revista, a última delas enviada já em 2025.

AÇÕES URGENTES

Através da **Rede de Ações Urgentes** continuámos a envolver e mobilizar as pessoas, apelando ao envio de emails, cartas, publicações nas redes sociais e assinatura de petições, para agirem em defesa dos direitos humanos e para responsabilizarem as autoridades competentes de modo que, em cada caso, fosse feita justiça.

10 AÇÕES URGENTES EM 2024

- Dê as boas-vindas a 2024 mudando vidas através da Maratona de Cartas
- Desaparecimento forçado dos jornalistas palestinianos Haitham Abdelwahed e Nidal al-Waheidi
- Junte-se a nós numa vigília de apoio à Ucrânia
- Libertação imediata de Manahel al-Otaibi
- Solidariedade com a 1000ª Vigília das Mães de Sábado
- Evitar a execução da pena de morte de Reza Rasaei no Irão
- Vamos anular a condenação à morte de Mohammad bin Nasser al-Ghamdi na Arábia Saudita
- Direitos Humanos respeitados no Campeonato do Mundo da FIFA 2030
- Os Direitos Humanos não podem ser esquecidos na visita oficial a Angola
- Demonstração de apoio a Maryia Kalesnikava

Estas dez ações urgentes geraram **mais de 614 emails enviados para autoridades competentes**, sendo as de maior adesão as ações lançadas no âmbito do relatório da Pena de Morte, uma vez que foram enviadas para todos os contactos da Secção e não apenas para a Rede de Ações Urgentes.

Na sequência de duas ações urgentes, alcançaram-se **duas vitórias** substanciais no Movimento: a abertura da Praça Galatasaray para a 1000ª Vigília das Mães de Sábado e a anulação da pena de morte de Mohammad bin Nasser al-Ghamdi.

AÇÕES DE RUA E EVENTOS

Tal como referido e detalhado em capítulos anteriores, foram realizadas várias ações de rua e eventos durante o ano de 2024, dinamizados pela área de campanhas da Secção.

UM TOTAL APROXIMADO DE 1.190 PARTICIPANTES MOBILIZOU-SE PARA PARTICIPAR

2024

FEVEREIRO
- Vigília 2 anos invasão russa à Ucrânia

ABRIL
- Exibição "Um julgamento mais longo que a guerra - o caso de Aleksandra Skochilenko" e conversa sobre repressão na Rússia
- Oficina de Cartazes "Protege a Liberdade"
- Meeting Point "Protege a Liberdade"

JULHO
- Lançamento Relatório Europeu "Protege a Liberdade"

OUTUBRO
- Participação Manifestação "Palestina Livre, Paz no Médio Oriente"
- Webinar para docentes Maratona de Cartas 24/25

NOVEMBRO
- Ciclo de cinema Mostra-me a Maratona "É proibido falar em Angola" e conversa sobre situação de repressão em Angola e caso Neth Nahara
- Ciclo de cinema Mostra-me a Maratona "Quem se não nós? A luta pela democracia na Bielorrússia" e apresentação caso Maryia Skochilenko
- Participação Manifestação PUSP "Contra a Impunidade, pela Justiça — Palestina Sempre"

DEZEMBRO
- Ciclo de cinema Mostra-me a Maratona "Vidas Desafiantes" e conversa sobre direitos das pessoas com deficiência e caso Kyung Seok Park
- *Open day* da secção no dia dos Direitos Humanos
- Ciclo de cinema Mostra-me a Maratona "Fuga da Arábia Saudita"e conversa sobre o estado dos direitos humanos na Arábia Saudita caso Manahel al-Otaibi

JUVENTUDE

O apoio a jovens ativistas entre os 14 e os 24 anos continuou a ser uma aposta da Secção portuguesa ao longo do ano de 2024, em linha com a Estratégia de Juventude 2020-2025. O MAPA, que conta com mais de 260 participantes, foi melhorando graças aos contributos de um grupo de jovens ativistas, a "Crew", que nos ajuda a pensar e dinamizar este espaço. Em 2024 a "Crew" montou uma comunidade do WhatsApp para o MAPA, para enviar lembretes a quem usar menos a aplicação Discord, organizou uma noite de jogos, uma sessão de preparação antes do EJA (encontro de jovens ativistas) e cofacilitou a sessão de arranque da Maratona de Cartas.

As Ondas de Ação, centradas em casos de indivíduos em risco ou em campanhas do Movimento, são constituídas por uma sessão online de capacitação sobre uma campanha, o mapeamento de ideias de ação e o apoio e partilha de ações a nível local, em escolas ou universidades.

Em 2024 realizámos uma Onda de Ação acerca da ativista iraniana Narges Mohammadi, uma sobre a campanha para o cessar-fogo em Gaza e Israel e o fim ao genocídio (ainda ativa) e uma sobre a Maratona de Cartas. Todas as Ondas foram constituídas por várias ações, lideradas por jovens ativistas.

O site dedicado ao Ativismo Jovem, bem como o blog vozes ativistas – que em 2024 teve quatro novas entradas – continua a ser um espaço privilegiado para informar jovens ativistas e valorizar as suas iniciativas e contributos.

A Secção portuguesa foi representada por **dois jovens ativistas no** *European Youth Meeting*, em Budapeste, na Hungria e a Amnistia Internacional continua a incentivar e apoiar a participação de jovens ativistas em outras atividades internacionais do Movimento ou de outras organizações.

264 jovens no MAPA
(um espaço online para jovens ativistas)

3 Ondas de Ação
(apelos à ação e ao ativismo, desenhados e implementados por jovens)

EJA – ENCONTRO DE JOVENS ATIVISTAS

O Encontro de Jovens Ativistas realizou-se em julho em Albergaria-a-Velha e juntou 69 pessoas entre jovens participantes, voluntárias da equipa, convidados nacionais, convidadas internacionais e elementos da equipa da Amnistia Internacional com o mote 'A liberdade como bandeira'. O EJA 2024 foi um excelente exemplo de trabalho integrado da Secção e cujo programa deu destaque à campanha global "Protege a Liberdade", ao relatório europeu "Pouco protegido e demasiado restringido: O estado do direito de manifestação em 21 países da Europa", aos 50 anos do 25 de Abril e ao ativismo estudantil.

Para além disto o grupo do EJA teve a oportunidade de testar a abordagem "PLAY", desenvolvida por um grupo de trabalho internacional do Movimento. A abordagem PLAY tem vindo a ser explorada por um grupo de trabalho do Movimento, a nível global, incluíndo educadores e jovens ativistas. Centra-se no papel do jogo na construção de relações em espaços ativistas e nos processos de aprendizagem.

Do ponto de vista do envolvimento, o EJA continua a ser um espaço privilegiado, tanto para jovens já com ligação à Amnistia Internacional – envolvidos quer na equipa, quer no grupo de participantes e que deram contributos muito relevantes para a construção do programa – como para jovens que tomam contacto com o Movimento através deste encontro residencial de 5 dias. Os contributos de avaliação, analisados pela equipa na fase final do projeto, destacaram a dimensão emocional e relacional de um encontro desta natureza, reforçando a necessidade de criar um espaço o mais seguro possível para explorar, em coletivo, temas complexos de direitos humanos. Após o EJA as jovens participantes continuam envolvidas com a Amnistia Internacional nas suas escolas e universidades, através do MAPA e de iniciativas como a Maratona de Cartas.

Os jovens da campanha MULTIPLICA fizeram a cobertura do evento através das *stories* do Instagram.

Continuámos também a colaborar com o Programa Escolhas e com a Direção Regional de Juventude da Madeira e dos Açores, de forma a apoiar a participação de jovens destes contextos.

49
participantes no EJA

9
jovens como membros da equipa

12
distritos

6
convidados nacionais e internacionais

Até que ponto o EJA alcançou as tuas expectativas?

Média de 5,5
(escala de 1-6)

CAMPANHA MULTIPLICA

Ao longo de 2024 a Campanha de Angariação de Membros Jovens – Campanha MULTIPLICA - iniciada em 2023 com um primeiro encontro com um grupo de trabalho intergeracional, floresceu e começou a dar os seus frutos, integrando atualmente o trabalho contínuo com jovens ativistas.

14
Jovens Multiplicadores

+26
novos membros
(18-24 anos & juvenis 14-17 anos)

Novos materiais da campanha produzidos pelos Jovens Multiplicadores

Nos primeiros meses de 2024 foi lançada uma chamada interna para jovens interessados em integrar a campanha (11 candidaturas, 10 pessoas selecionadas). Com este grupo, através do MAPA, iniciou-se um processo de capacitação que incluiu a exploração da Estratégia de Juventude 2020-2025 da Amnistia Internacional Portugal, o funcionamento da Organização enquanto movimento global e a própria ideia da campanha, baseada no contacto entre pares. O grupo trabalhou muito na preparação dos materiais da campanha, incluindo um novo nome (campanha MULTIPLICA), um slogan, uma página no website com perfis individuais das multiplicadoras e botões de contacto direto através do Instagram, um pacote de boas vindas para novos membros juvenis e membros entre 18 e 24 anos, composto por folhetos, autocolantes e uma carta de boas-vindas, assim com uma conta de Instagram (multiplica.amnistia) gerida pelo próprio grupo.

Com o lançamento da MULTIPLICA, em julho 2024 começaram a chegar as primeiras inscrições de membros juvenis (14-17 anos) e membros jovens (18-24 anos). No final do ano contámos com mais 15 membros juvenis e mais 11 membros jovens.

Em setembro, o Grupo de Multiplicadoras fez o balanço inicial dos primeiros meses de implementação da campanha, começou o seu processo de capacitação para começar a dar testemunhos em escolas secundárias e profissionais - em articulação com o trabalho de Educação para os Direitos Humanos desenvolvido pela Secção – e decidiu abrir uma nova chamada para Multiplicadoras. Atualmente o grupo conta com 14 jovens ativistas, seis dos quais no início do seu percurso neste novo papel.

ENVOLVEMOS E INFORMÁMOS SOBRE DIREITOS HUMANOS

O NOSSO TRABALHO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O ano de 2024 ficou marcado pelo recrudescimento do conflito no Médio Oriente, nomeadamente na Faixa de Gaza e no Líbano, por tensões sociais e políticas em Moçambique e na Venezuela, e por temáticas como os direitos das mulheres no Afeganistão e no Irão, o *sportswashing* ativo da Arábia Saudita e as preocupações com a atribuição da organização do Mundial de Futebol de 2034 ao país, matérias variadas ligadas à campanha Protege a Liberdade, bem como a apresentação do Relatório Anual do estado dos direitos humanos e das investigações sobre a Liberdade de Manifestação na Europa e do genocídio de Israel em Gaza.

Em todos estes temas, e outros relacionados com a atualidade em cada momento, a Amnistia Internacional – Portugal manteve-se enquanto organização de referência em matérias de Direitos Humanos.

A partir do segundo semestre diversificou-se o número de porta-vozes, desconcentrando esta função, para melhor responder às solicitações da comunicação social, consolidando também as capacidades e competências de intervenção sobre os temas questionados.

Mantivemos uma presença assídua nos canais noticiosos em televisão e em jornais de referência como o Público, Expresso, Observador, Jornal de Notícias e Diário de Notícias; em revistas como a Visão e a Sábado; nas principais rádios noticiosas como a Antena 1, TSF, RR e Observador; e marcámos presença regular em jornais e rádios locais e regionais, e canais em língua portuguesa de rádios internacionais (RFI, DW, Voice of America).

146 Comunicados de Imprensa ao longo de 2024

Mais de 3.600 referências em resultados de imprensa em 2024, das quais + de 360 sobre o contexto nacional

131 entrevistas a órgãos de comunicação social nacionais e internacionais

O NOSSO TRABALHO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

TEMAS COM MAIOR DESTAQUE NA IMPRENSA EM 2024 COM REFERÊNCIA À AMNISTIA INTERNACIONAL – PORTUGAL:

- Liberdade de expressão e reunião pacífica, e repressão a manifestantes, ligados à campanha Protege a Liberdade e à Maratona de Cartas. Vários países, com destaque para Irão, Angola, Rússia (morte de Navalny), Hong Kong e Afeganistão.
- Guerra na Ucrânia
- Direito de manifestação em Portugal e relatório sobre direito de manifestação na Europa
- Conflito na Faixa de Gaza (Israel/Território Palestiniano Ocupado)
- Relatório sobre Genocídio de Israel contra os Palestinianos em Gaza
- Conflito no Líbano
- Tensão social e política em Moçambique
- Atribuição do Campeonato Mundial de Futebol 2034 à Arábia Saudita e de 2030 a Portugal, Marrocos e Espanha: futebol e direitos humanos
- Tensão política na Venezuela
- Questões migratórias, de âmbito nacional e internacional
- Apelos ao novo Governo de Portugal
- Relatório Anual do estado dos direitos humanos
- Relatório da Pena de Morte
- Prisões em Portugal

Dois Minutos para os Direitos Humanos

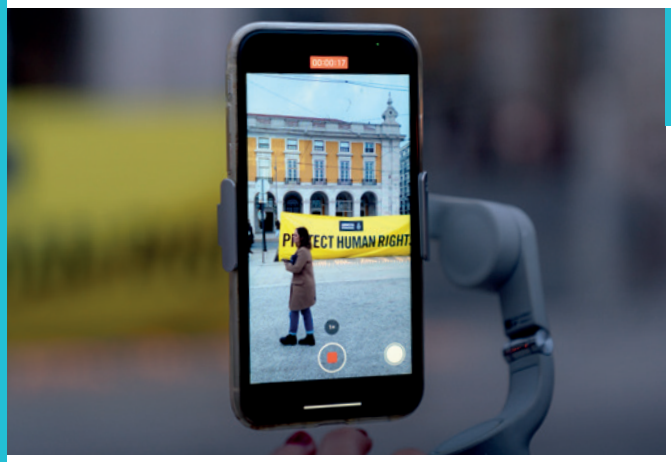
A rede de distribuição da rubrica quinzenal de notícias sobre direitos humanos foi alargada para mais de **400 contactos** da imprensa local e regional. Será avaliado o impacto desta aposta e, eventualmente, criada uma edição em áudio, que permita a sua difusão radiofónica.

O NOSSO TRABALHO EM CANAIS DIGITAIS

Seguindo a estratégia definida para a comunicação da Amnistia Internacional – Portugal, que pretende mostrar o trabalho realizado pela organização através de uma comunicação positiva, adoptando um tom próximo dos seguidores, continuou-se a apostar num discurso emocional, procurando encaixar de modo natural a forma como são tratados os vários temas dos direitos humanos, informando e mostrando as soluções que o Movimento apresenta para os vários problemas.

Muito embora se tenha procurado testar novos formatos, a maior aposta foi na criação de materiais escritos que despertem a atenção dos seguidores, levando-os a clicar e a saber mais sobre o conteúdo disponibilizado.

Temas como a Interrupção Voluntária da Gravidez, Violência Doméstica, Alterações Climáticas, entre outros, que até aqui eram pouco abordados nas várias plataformas de redes sociais, foram mais referenciados, alertando não só para as violações de direitos humanos a nível global, mas procurando também informar sobre o que se passa em Portugal.



O chamado "marketing em tempo real" continuou a fazer parte da estratégia de conteúdos, sendo implementado sempre que possível, procurando ligar notícias/conteúdos relacionados com assuntos que marcam a atualidade que possam ser relacionáveis com os vários temas trabalhados pela Amnistia Internacional. Exemplo disso foi, em torno da época dos jogos olímpicos, abordar-se a ligação entre a defesa dos direitos humanos e várias modalidades em competição.

151 artigos
publicados no website da Amnistia Internacional - Portugal

Perto de
23.500 novos visitantes
provenientes de outros websites ou links

+ de 30 mil
visitantes recorrentes do website

Cerca de
13 mil subscritores
recebem a newsletter

O NOSSO TRABALHO EM CANAIS DIGITAIS

Os **temas com melhor desempenho** nas várias plataformas são os relacionados com a liberdade das mulheres no Irão, direitos das mulheres no Afeganistão, conflito entre Israel – Hamas, citações de personalidades ligadas aos direitos humanos – como Julian Assange, Nelson Mandela, Gandhi -, boas notícias, liberdade de expressão, alterações climáticas, Narges Mohammadi, "Não às armas para crimes de guerra", Pena de Morte, Jogos Olímpicos, 50 anos do 25 de Abril.

INSTAGRAM

210 publicações
890 histórias
50 mil seguidores
+ de 2.5 milhões de visualizações
Publicações com mais envolvimento:

- Boas notícias: absolvição do japonês Iwao Hakamada, 45 anos no corredor da morte
- Prémio Filme Mariopol
- Ação 50 anos 25 Abril
- Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

FACEBOOK

305 publicações
Perto de **1.5 milhões** visualizações
160 mil seguidores
Publicações com mais visualizações:

- Boas notícias: absolvição do japonês Iwao Hakamada, 45 anos no corredor da morte
- Cessar-Fogo Israel/Gaza, escreva aos deputados!

YOUTUBE

65 vídeos publicados
+ de 3.200 subscritores
237 novos subscritores
Videos com mais envolvimento:

- Justiça para as vítimas da agressão russa à Ucrânia
- Caso Neth Nahara, Maratona de Cartas
- Exija um cessar fogo em Israel e no Território Palestiniano Ocupado
- Caso Maryia Kalesnikava, Maratona de Cartas

LINKEDIN

102 publicações
211 mil visualizações
+ de 20.400 seguidores
Publicações com mais envolvimento:

- Ação *Open Day* da Secção no Dia Direitos Humanos
- Inauguração da nova Sede da Secção
- Lançamento do Relatório Europeu sobre o direito de manifestação
- Vitórias Direitos Humanos

REDE X

211 pubicações
6.000 seguidores
+ de 23.800 visualizações
Publicações com mais envolvimento:

- Relatório Genocídio contra os Palestinianos em Gaza
- Kathrin - navio com bandeira portuguesa, com explosivos, a caminho de Israel

AS NOSSAS PUBLICAÇÕES

A REVISTA HUMANISTA

A revista Humanista tem sido uma oportunidade para a Amnistia Internacional estar mais próxima do público em geral, através da produção de conteúdos que tornam o conhecimento sobre direitos humanos acessível e compreensível aos seus leitores. No entanto, apesar de vários prémios conquistados, da elevada qualidade gráfica e de conteúdos, a revista ressentiu-se de vendas inferiores às expectativas, criando um desequilíbrio financeiro insustentável.

Neste sentido, para 2024 foi prevista a migração da revista Humanista para o website, e o consequente fim da sua edição em papel. Porém, por razões de ordem interna este objetivo foi adiado para 2025.

Em **2024** foram lançadas as duas últimas edições em papel, dedicadas aos seguintes temas:

APAGA A CENSURA, PROTEGE A LIBERDADE

DIREITO À HABITAÇÃO

Enquadrada na renovação do website da Secção, a transição para um formato em plataforma digital possibilitará a captação de novos leitores e a Amnistia Internacional Portugal continuará a ser uma referência no aprofundamento dos temas de direitos humanos e qualidade dos conteúdos publicados. A página da Humanista pretende possibilitar o envolvimento dos leitores com conteúdos em formatos que se pretendem diferenciados: áudio, vídeo, multimédia, animações, infografias e interatividade.

AS NOSSAS PUBLICAÇÕES

REVISTA AGIR

A Revista AGIR é o veículo privilegiado de comunicação da Secção. Durante o ano de 2024, a AGIR sofreu atrasos na sua publicação, devido a circunstâncias internas da Secção.

A publicação manteve uma tiragem de cerca de 20 mil exemplares por edição, registando-se o envio gratuito da revista para cerca de 16 mil pessoas, entre apoiantes e membros, e mais de 10 500 pessoas por via digital. Os conteúdos da revista têm combinado artigos com um estilo jornalístico, espaço para informação relativa à atividade da Amnistia Internacional em Portugal e no mundo, bem como apelos a donativos.

Com o lançamento da revista Humanista, em 2023, tinha-se verificado um alinhamento entre conteúdos da AGIR e da Humanista. Em 2024 não foi possível assegurar esse alinhamento devido a circunstâncias específicas da Humanista. Assim, a AGIR abriu a revista a outros dossiês, como o debate sobre o direito de manifestação e a Maratona de Cartas — um caminho a manter no futuro.

A futura transição da Humanista para o plataforma digital, e o fim da edição em papel, levará a uma reavaliação dos conteúdos da AGIR, assim como o seu número de páginas. Irá crescer, também com esta publicação, o uso de ferramentas digitais e offline para maximizar o alcance das mensagens da Amnistia Internacional e mobilizar o apoio em torno das causas que defendemos.

CONTINUÁMOS EM CRESCIMENTO

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

O ano de 2024 foi um ano de implementação de novos projetos. Montámos de raíz um novo projeto *In-house* de aquisição e doadores regulares via Telemarketing; avançámos com a criação de um anúncio de televisão, esperando que possa alimentar algumas das futuras campanhas; vimos nascer a nossa app "+Amnistia", pensada e sonhada há vários anos, e que esperemos que venha a ter um impacto positivo e relevante nas taxas de retenção dos doadores regulares.

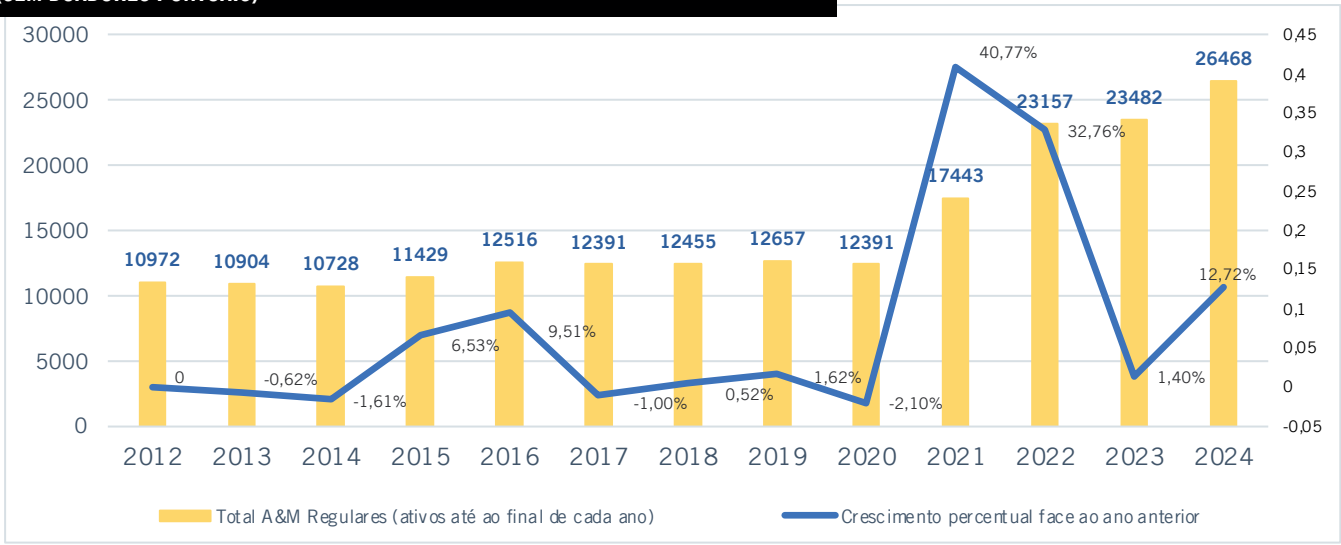
Ao longo do ano prosseguimos na estratégia de diversificação dos canais de entrada de apoiantes e de receitas. Em 2024, o crescimento em doadores regulares foi de 13%. Em apenas quatro anos, a nossa base de doadores regulares cresceu 114%, demonstrando que os esforços em implementar novos projetos e estratégias de crescimento estão a ser bem sucedidos

À semelhança do que se tem verificado com a diversificação dos canais de aquisição de novos apoiantes, também as fontes de receitas são, cada vez mais, distribuídas por vários canais de entrada, assegurando-se menor risco na gestão dos projetos de angariação de fundos em curso.

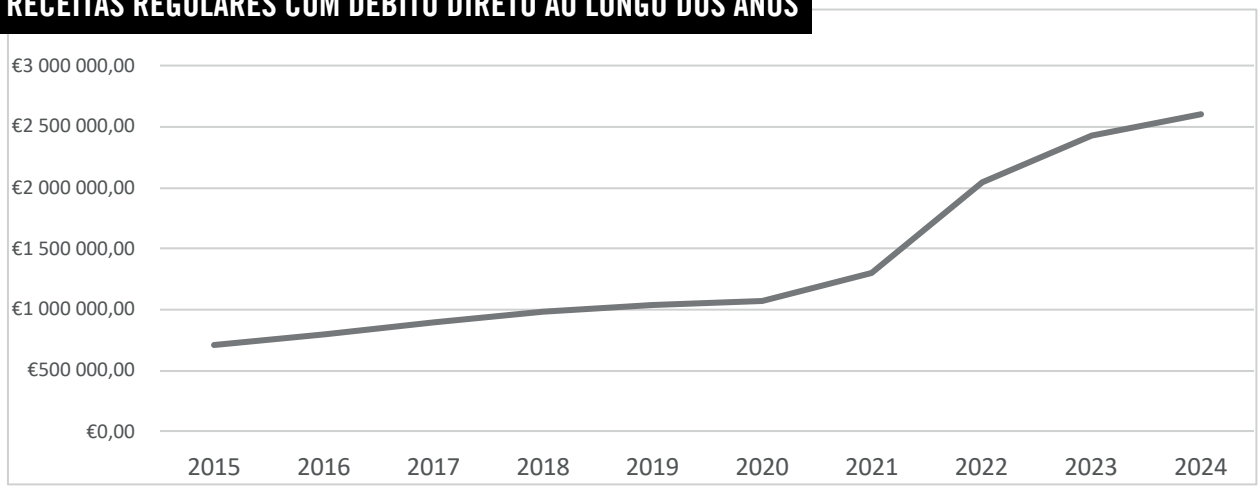
Em suma, crescemos na nossa base de doadores regulares e em receitas angariadas. Continuámos a trabalhar, determinados, no nosso objetivo de prosseguir com uma curva ascendente em angariação de fundos!

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

EVOLUÇÃO DE APOIANTES E MEMBROS ATIVOS AO LONGO DOS ANOS
(SEM DOADORES PONTUAIS)



RECEITAS REGULARES COM DÉBITO DIRETO AO LONGO DOS ANOS

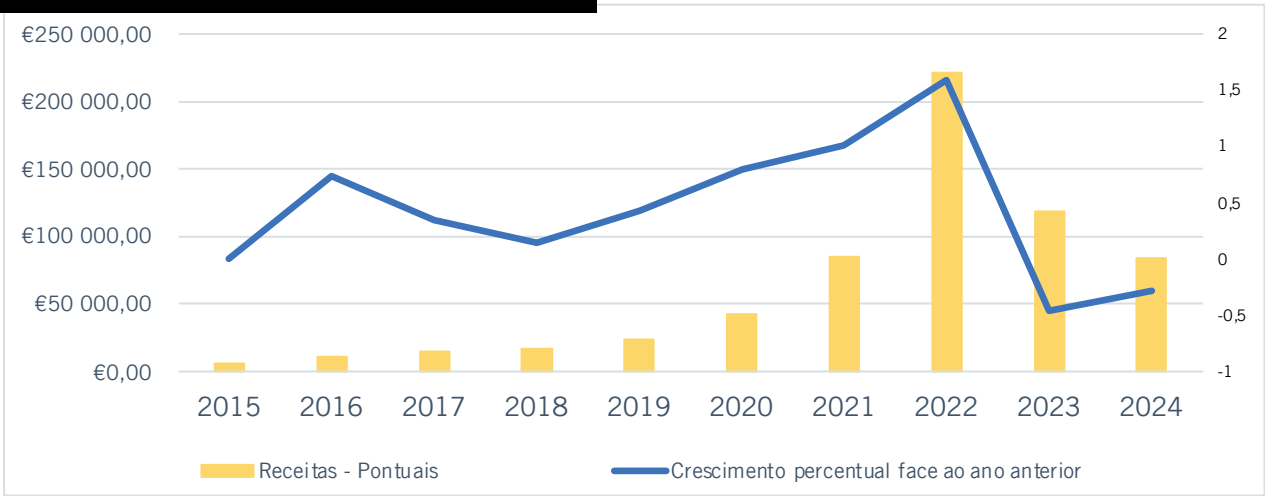


As nossas receitas continuam a seguir uma linha de crescimento continuo, com um incremento de 7% no valor das receitas com débitos diretos, comparativamente ao ano de 2023.

Em apenas quatro anos, a área digital representa já 35% do total das receitas com débito direto, mantendo uma linha de crescimento bastante positiva. O projeto Face-to-Face continua, até ao momento, a ser o canal que gera o maior volume de receitas.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

RECEITAS COM DONATIVOS PONTUAIS POR ANO



Quanto a donativos pontuais, em 2024 demos continuidade à estratégia em curso de aquisição de donativos pontuais, reconhecendo que, depois de um ano excecional como foi 2022, devido às campanhas associadas ao conflito na Ucrânia, e ainda com as campanhas de emergência sobre a situação em Gaza em 2023, 2024 seria um ano desafiante neste âmbito.

Foram promovidas sete campanhas de donativos pontuais e atingiu-se um crescimento de 1% no total deste tipo de receitas, face ao ano de 2023. Verificou-se também um decréscimo de 14% no número de donativos pontuais realizados. Aumentámos em receitas, mas diminuímos na quantidade de doações que recebemos.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

O projeto mais rentável em 2024 foi, como é habitual, a aquisição de donativos pontuais, sendo o valor das receitas bastante superior às despesas apuradas. Já em relação aos projetos de aquisição de doadores regulares, sempre mais dispendiosos em recursos humanos, verifica-se que o projeto do Telemarketing *In-house* apresenta uma excelente taxa de retorno, seguido do Face-to-Face e dos canais digitais.

Podemos considerar que todos os projetos em angariação de fundos em curso na Secção apresentam indicadores saudáveis, sendo considerados projetos seguros para investimento, com um retorno financeiro inferior a três anos em todos eles, tal como previsto nas recomendações de sustentabilidade.

ROSTOS DE ATIVISMO

Foi mantida a regularidade da rubrica trimestral na Revista AGIR com a realização de entrevistas e participação de apoiantes regulares da Amnistia Internacional – Portugal.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

APP +AMNISTIA

Foram concluídos os desenvolvimentos da App de fidelização "+Amnistia", cujo objetivo é criar parcerias com empresas que se pautam pela sustentabilidade, justiça ambiental e respeito por Direitos Humanos, atribuindo descontos em compras na referida plataforma.

Durante o ano de 2024, todos os desenvolvimentos a nível tecnológico ficaram concluídos e a App foi preparada para ser divulgada junto dos nossos apoiantes e membros.

Na Revista AGIR desenvolvemos uma rubrica onde se destacam colaborações com as empresas parceiras. O principal objetivo é informar e sensibilizar apoiantes e membros, destacando estas parcerias estratégicas como forma de incentivo ao download e utilização da App.

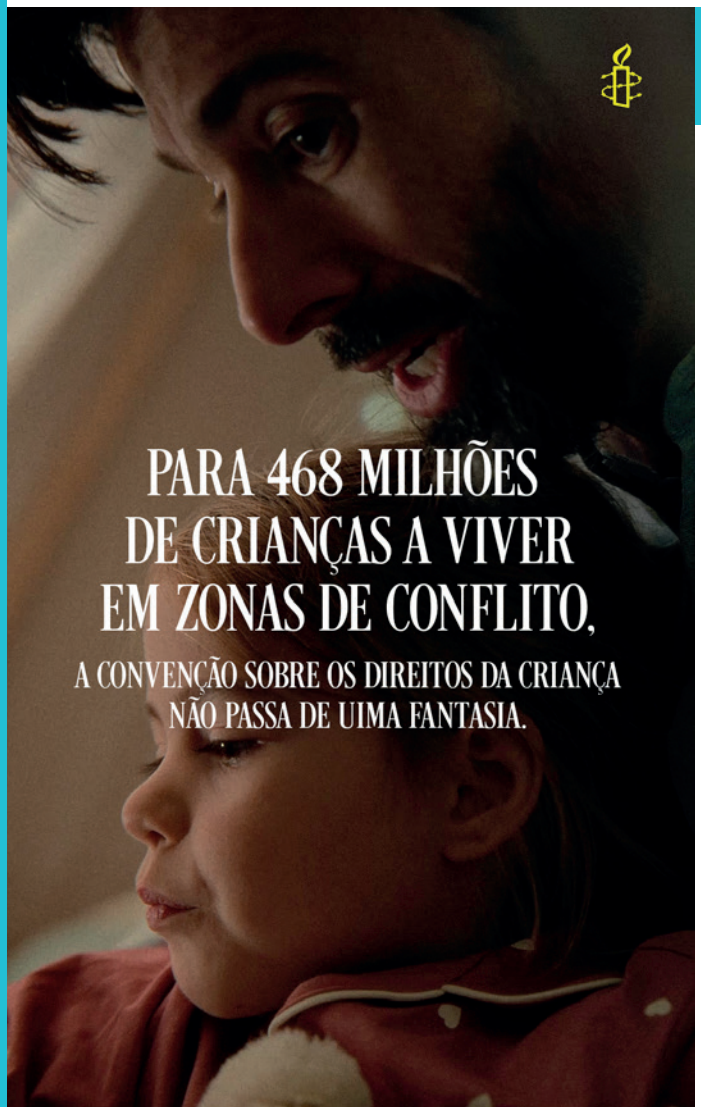
ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

DRTV - ANÚNCIO EM TELEVISÃO

2024 foi o ano em que, finalmente, produzimos uma campanha a ser trabalhada em televisão, desde a sua fase inicial, de conceção, até à gravação e produção da mesma.

O desafio de um anúncio segundo técnicas de "DRTV – Direct Response Television" foi-nos lançado pelo Secretariado Internacional, estimulando-nos a ganhar novas ferramentas, em áreas de angariação de fundos ainda não testadas pela nossa Secção.

A campanha foi lançada em televisão durante cerca de duas semanas em dezembro, em regime pro-bono. Pedia-se que as pessoas telefonassem para o número de telefone disponibilizado na peça. O modelo não se revelou muito eficaz, mas foi essencial para testar e para o desenvolvimento de modelos futuros.



ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

CAMPANHA CONSIGNAÇÃO DO IRS

Em 2024 a campanha consignação do IRS foi dedicada a todas as crianças que se encontram em zonas de conflito armado, particularmente na Faixa de Gaza, em que o impacto foi e continua a ser devastador para todos, mas principalmente para todas as crianças que já foram mortas e outras que perderam família e amigos.

A campanha pretendeu transmitir que na guerra existe Esperança, para a qual todos os portugueses podem contribuir, dando destaque ao impacto positivo que o apoio de todas as pessoas pode desencadear.

À data do fecho deste relatório, temos informação de que o valor das receitas recebidas por via desta campanha será de 235.056,37€, 4% abaixo do valor angariado em 2024, mas 38% acima do objetivo previsto. Este valor, à luz da alteração da Política de reflexo contabilístico da consignação de IRS, apenas será alvo de reflexo contabilístico no exercício de 2025.

INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

A Amnistia Internacional inaugurou a nova sede da organização em Portugal no dia 28 de maio, a mesma data em que celebrou 63 anos de existência e de trabalho em prol dos direitos humanos por todo o mundo.

O evento contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que discursou para as cerca de 50 pessoas presentes. O chefe de Estado parabenizou a organização e sublinhou a importância da sua missão na defesa dos direitos humanos, ao afirmar que esta é uma causa fundamental "para as sociedades que se querem democráticas".

A nova sede, situada no concelho de Oeiras, foi pensada para ser um espaço aberto, para acolher visitas de escolas, alunos universitários, ações de formação e eventos de cultura e direitos humanos. Funciona como local de trabalho dos profissionais da organização e espaço de acolhimento a voluntários dos Grupos de Ativismo da Amnistia Internacional - Portugal.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ASSEGURAMOS A INDEPENDÊNCIA

> *Somos fundados e financiados por pequenas contribuições de milhares de membros e apoiantes, e isso garante a nossa independência de qualquer ideologia política, interesse económico ou religião.*
> *Nenhum governo nem nenhum interesse falará mais alto que os Direitos Humanos. Nenhuma situação está além da esperança.*

AS NOSSAS RECEITAS E DESPESAS

A Amnistia Internacional - Portugal terminou o exercício de 2024 com um resultado líquido positivo. As quotas e donativos, regulares e pontuais, tiveram um aumento de 6%, resultado de um esforço contínuo na diversificação das fontes de receitas e em linha com a estratégia de crescimento da Secção.

AS RECEITAS DECRESCERAM

9%

face a 2023

ficaram **10% abaixo do orçamentado**

87%

DAS RECEITAS PROVÊM DE PESSOAS QUE, A TÍTULO INDIVIDUAL, APOIAM O TRABALHO DA AMNISTIA INTERNACIONAL ATRAVÉS DE QUOTAS, DONATIVOS E CONSIGNAÇÃO DE IRS

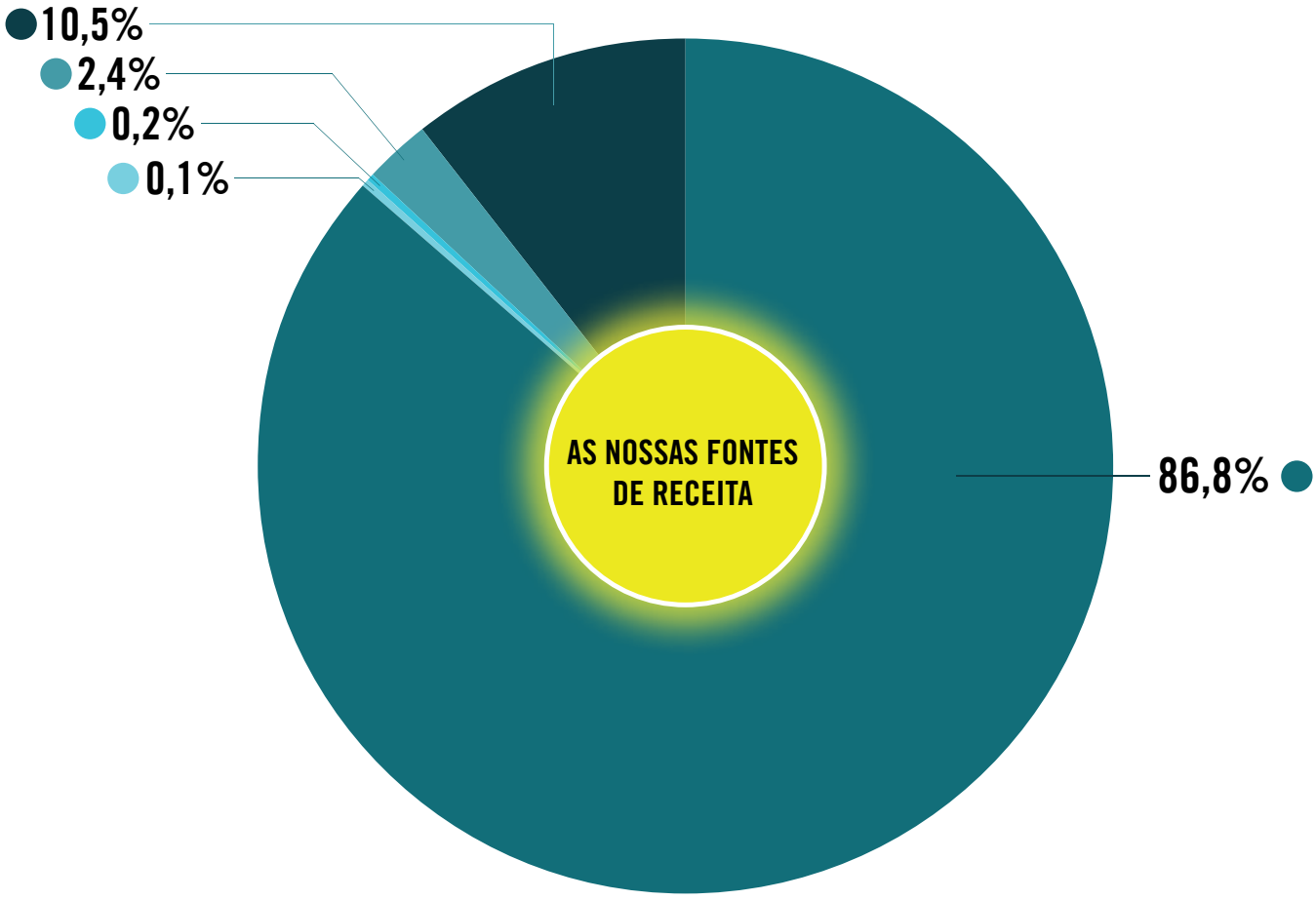
AS DESPESAS CAÍRAM

5%

face a 2023

foram reduzidas em 24% face ao orçamentado

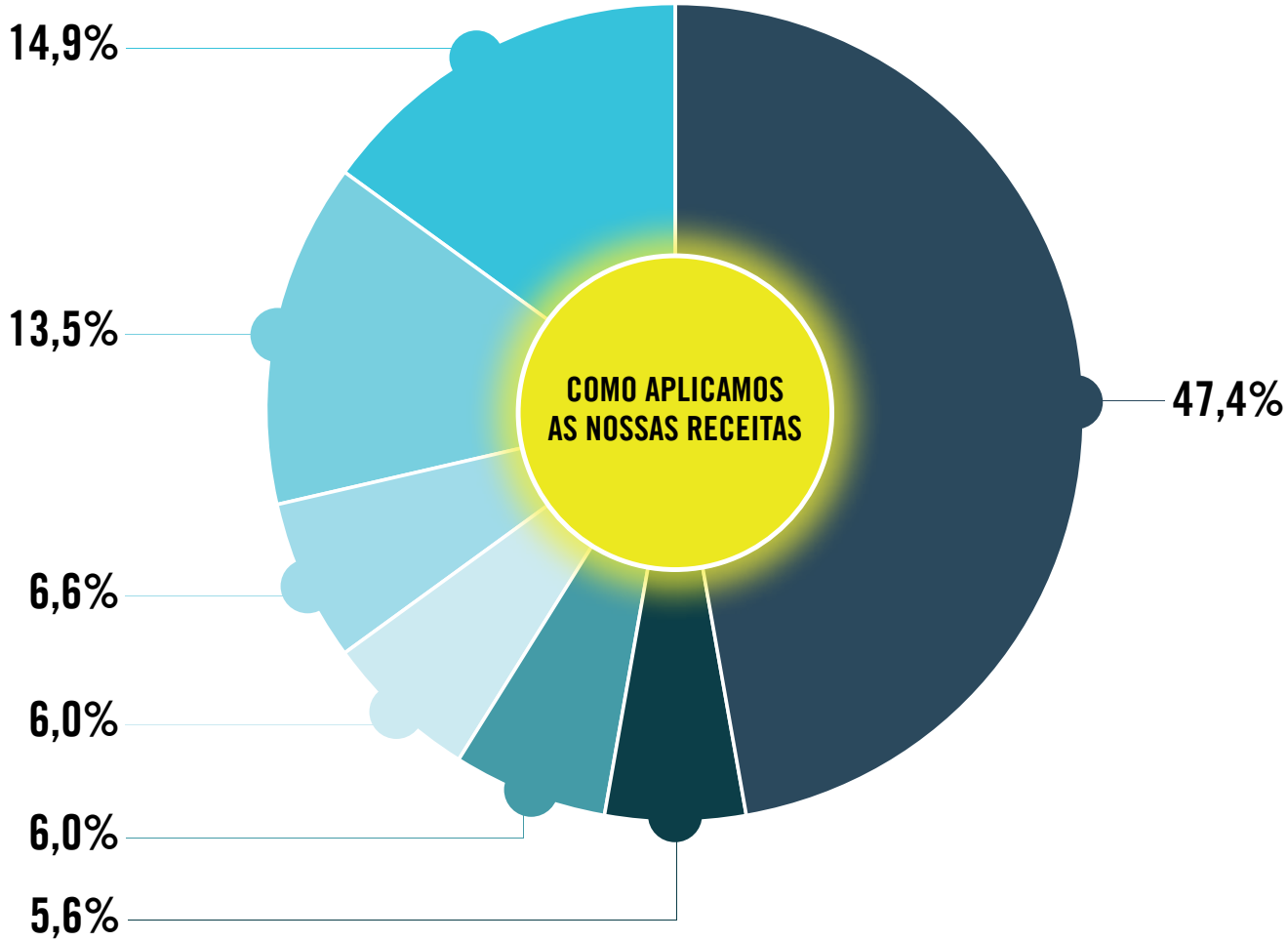
AS NOSSAS FONTES DE RECEITA



- ANGARIAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE DOADORES
- SUBSÍDIOS E FINANCIAMENTOS
- OUTROS RENDIMENTOS E JUROS
- EVENTOS E OUTROS SERVIÇOS
- VENDAS

COMO APLICAMOS AS NOSSAS RECEITAS

67,5% DO NOSSO ORÇAMENTO É APLICADO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS



- ANGARIAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE DOADORES
- GESTÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA
- CAMPANHAS, COMUNICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO
- JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL
- GOVERNANÇA E DIREÇÃO EXECUTIVA
- CONTRIBUIÇÃO PARA O MOVIMENTO / QUOTA PARA O SECRETARIADO INTERNACIONAL
- OUTROS GASTOS OPERACIONAIS DE ESTRUTURA

GOVERNANÇA E TEMPO

Tempo poderá ser definido como uma duração relativa das coisas, que nos transmite a ideia de uma divisão entre presente, passado e futuro. Mas, também é certo que a continuidade das coisas e das ideias é uma fonte de estabilidade na passagem do tempo, enquanto período contínuo no qual os eventos se desenrolam.

O relatório de 2024, no capítulo destinado à Governança da Amnistia Internacional - Portugal, é feito de tudo isso: de um presente, um passado e um futuro que devem ser olhados numa lógica de período contínuo, no qual os eventos se sucedem. Será sempre de reter que, o que hoje fazemos vem das sementes lançadas "lá atrás", bem como as vozes e ideias que agora se vão estabelecendo, terão os seus ecos no futuro. O mais importante é que os princípios de uma Governança eficaz se estabeleçam como uma base sólida, que permita um crescimento sustentável; uma organização coerente; o estabelecimento de procedimentos eficazes; as boas práticas da liderança; a gestão responsável; o envolvimento das ideias das teorias da mudança; etc.

Tal como nos anos anteriores, foram traçadas metas em termos do governo da organização, que se traduziam no alcance do cumprimento dos Core Standards internacionais, tentando melhorar as capacidades de liderança, de visão estratégica e de planeamento por parte dos membros da Direção, mas sem esquecer o futuro e os/as líderes do amanhã.

- Foi nessa lógica que, em janeiro, a Direção reuniu no seu conjunto, com os novos membros, Cristina Correia e Sofia Esteves, num fim de semana dedicado à indução e ao realinhamento interno em termos de funções, saindo desse conjunto de reuniões um novo alinhamento. No mesmo encontro, foram atribuídas responsabilidades e definidas prioridades estratégicas, com a divisão das pastas de acordo com os assuntos mais relevantes para a organização. Este foi, também, um momento de capacitação para os membros da direção, tendo sido desenvolvida formação em Planeamento Estratégico, de acordo com o levantamento de necessidades previamente realizado;

- Já em março, aconteceu o primeiro Conselho Geral e Encontro de Estruturas da Amnistia Internacional - Portugal, em Setúbal, um encontro com uma grande adesão, quer em número de conselheiros e participantes, quer na dinâmica criada em todo o conjunto de atividades desenvolvidas;

- Simultaneamente, acontecia mais uma edição do Fórum Regional Europa e Ásia Central, que decorreu em Bolonha, onde a nossa Secção foi representada pela Presidente da Direção, Patrícia Filipe e pelo Diretor Executivo, Pedro Neto, tendo assumido lugar de destaque na agenda do Fórum a reforma de Governança Internacional, conhecida pelo nome LUMEN. De entre os seus vários pontos, foi alvo de discussão mais intensa o novo mecanismo de redistribuição equitativa de receitas, que tem como objetivo um maior suporte financeiro às secções e escritórios com dificuldades de autossustentação;

- Em março, em Coimbra, teve lugar a primeira Assembleia Geral do ano, onde foram aprovados os Relatórios de Atividades e Contas referentes ao ano de 2023, tendo também sido referidos os assuntos debatidos no Fórum Regional Europa e Ásia Central e a discussão do programa LUMEN;

- Em maio, a Amnistia Internacional deu mais um "passo" rumo a uma organização cada vez mais forte, quer na sua ação, quer na sua sustentabilidade, com a inauguração da nova Sede da Secção portuguesa, em Oeiras, uma prioridade estratégica de há vários anos, que teve como pontos orientadores da sua criação a ideia de uma casa dos Direitos Humanos, aberta a quem por eles, ou pela sua defesa, se preocupa e age; um espaço potenciador da mobilização que a organização

pretende promover na sociedade civil; um espaço que mostre o nosso crescimento e preponderância/ relevância nacional e internacional; e um espaço que ofereça as melhores condições de trabalho à nossa equipa executiva. Este evento contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa;

- A partir de junho a Governança da organização centrou-se na resposta a várias questões ligadas à saúde organizacional da Amnistia Internacional - Portugal, tarefa que foi auxiliada e permanentemente acompanhada pelo Movimento, o qual destacou duas pessoas que, após uma visita à nossa Secção, elaboraram um relatório sobre a situação analisada, que contemplava um conjunto de recomendações em várias áreas: Recursos Humanos; Liderança; transição de Direção; Indução; entre outras. Com vista à implementação dessas recomendações de boas práticas, foi elaborado um Plano de Ação com tarefas programadas para os anos de 2024 e 2025. Este foi um momento fulcral de trabalho, que assentou na ideia de melhorias internas com vista ao melhor desempenho organizacional possível;

- Em julho realizou-se um encontro com os membros da Amnistia Internacional -Portugal, onde foram apresentadas e debatidas as moções que iriam ser discutidas e votadas na Assembleia Global, bem como as candidaturas para as eleições dos vários Órgãos Internacionais, sendo este um momento crucial de auscultação aos membros para a definição do sentido de voto da nossa Secção;

- Em agosto realizou-se a Assembleia Global 2024, na Tailândia, que se revelou uma reunião atípica, uma vez que a Direção Internacional enfrentava, ela própria, um conjunto de desafios em termos de liderança. Um dos pontos centrais de discussão voltou a ser o programa de reforma de Governança (LUMEN), não esquecendo a ação pela defesa dos Direitos Humanos, tão presente em várias ações ao longo dos dias da Assembleia Global. A nossa Secção foi representada pela Presidente e Vice-Presidente da Direção, Patrícia Filipe e Sofia Esteves, respetivamente;

- Em outubro aconteceu mais uma edição do Encontro de Liderança, na Costa Nova, em Ílhavo, em que os já habituais objetivos foram: a busca por futuras lideranças da organização no nosso país; a mobilização interna; a formação em liderança; a aproximação entre membros e órgãos sociais; e a continuidade da estratégia de crescimento organizacional;

- Em novembro a Direção levou a cabo uma reunião com membros, para dar a conhecer o relatório de saúde organizacional e apresentar o Plano de Ação desenvolvido;

- Ainda em novembro teve lugar o segundo Conselho Geral do ano, desta vez em formato online, onde se destacou a implementação das boas práticas e se enfatizou as eleições para os órgãos sociais a ocorrer em dezembro;

- Em dezembro, no dia 14, teve lugar a Assembleia Geral, em Lisboa, já na nova Sede da Secção, onde foram eleitos os novos órgãos sociais para o triénio 2025-2027, o que representa sempre um importante momento de participação democrática, perspetiva de futuro, renovação de ideias e projetos, mas sem nunca esquecer a continuidade de uma organização que se pretende estável;

- Nesta reunião foi também aprovada a Estratégia de Ativismo, que constitui uma prioridade estratégica da Secção para o ano de 2025, tendo sido intensamente construída por um grupo de trabalho que integrou Direção, Equipa Executiva e um grupo de membros que se candidataram para essa tarefa, e que representa um importante passo numa das nossas principais formas de atuação. Esta é mais uma ferramenta de trabalho ao dispor de todos e todas que compõem a nossa organização, no desdobrar da aplicação da nossa Visão e Missão, pelo que representou um importante momento para a afirmação do ativismo individual e coletivo;

- Como é habitual, a Direção da Amnistia Internacional - Portugal continuou a exercer as suas funções de representação. Em abril fez-se representar nas celebrações dos 50 anos da Liberdade em Portugal, nomeadamente na oficina de cartazes que teve como mote a campanha global do movimento "Protege a Liberdade", bem como no desfile do 25 de Abril em Lisboa.

No final de maio decorreu o Festival Indie Lisboa, onde a Vice-Presidente, Sofia Esteves, integrou o júri do Prémio Amnistia Internacional, patrocinado pela Fundação Serra Henriques. Este prémio é todos os anos entregue a um dos filmes/documentários a concurso neste festival, que se destaque pela sua mensagem em defesa dos Direitos Humanos.

Em junho, a Direção fez-se representar no lançamento do relatório "Pouco Protegido e Demasiado Restringido. O Estado do Direito de Manifestação em 21 países Europeus".

A Direção fez-se também representar no "Skillshare Ativismo de Estruturas", que decorreu em outubro;

- No Dia Internacional do Direitos Humanos, que se assinala a 10 de dezembro, a Direção, a convite da Direção Geral de Educação, participou no evento "Direitos Humanos: desafios e práticas na comunidade educativa", que se realizou em Viseu, tendo a Presidente da Direção, Patrícia Filipe, participado como oradora no painel "O Papel da Escola na Defesa dos Direitos Humanos";

- Ao longo do ano de 2024, a direção contribuiu ainda com a escrita de artigos para a Revista AGIR no espaço dedicado à Direção.

É importante destacar que todos estes avanços são o resultado dos esforços que os antecederam, nessa mesma lógica de continuidade das coisas e das ideias na passagem do tempo, enquanto período contínuo no qual os eventos se sucedem. Nenhum e nenhuma de nós nada seria sem todos e todas que nos antecederam, nem o futuro se concretizaria da mesma forma sem tudo o que compõe o presente. Ainda assim, as novas ideias e os novos métodos serão sempre um fator de desenvolvimento, se neles continuarem a residir os princípios fundamentais que nos guiam. Assim, mais do que este texto ser um recapitular de tudo o que foi feito em 2024, é uma carta de esperança sobre tudo o que ainda poderá ser feito nos anos que se seguirão.

AMNISTIA INTERNACIONAL

www.amnistia.pt
www.facebook.com/amnistiapt
www.twitter.com/AmnistiaPT
www.instagram.com/amnistiapt

CONTACTOS

Rua Dr. José Joaquim de Almeida Nº 2
3º Andar - A e B, 2780-337 Oeiras